



COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

MANUAL DOS ACIONISTAS

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 30/04/2024

Fortaleza, 09 de abril de 2024.



ÍNDICE

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
2. CONVITE
3. ORIENTAÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO
 - 3.1 PARTICIPAÇÃO PRESENCIAL
 - 3.2 PARTICIPAÇÃO POR VOTO À DISTÂNCIA
4. EDITAL DE CONVOCAÇÃO
5. MODELO DE PROCURAÇÃO E SUBSTABELECIMENTO
6. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO



1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores,

Com o objetivo de facilitar e incentivar sua participação, encaminhamos ao conhecimento de V.Sas. o Manual dos Acionistas para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“Assembleia Geral”) da Companhia Energética do Ceará - Coelce (“Companhia”), a ser realizada em 30/04/2024.

Este documento, que contém todas as informações e instruções necessárias para a participação dos acionistas, bem como as orientações para o exercício do direito de voto na respectiva Assembleia Geral, foi elaborado dentro dos princípios de transparência, equidade e homogeneidade definidos como base para o nosso relacionamento.

Em nome da Administração da Companhia, convidamos V.Sas. a comparecer, participar e expressar suas opiniões na Assembleia Geral da Companhia.

Atenciosamente,

Guilherme Gomes Lencastre
Presidente do Conselho de Administração



2. CONVITE

Aos Senhores Acionistas,

A administração da Companhia Energética do Ceará – Coelce vem, por meio desta, convidar V.Sas. a participar e expressar suas opiniões na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 30/04/2024, às 10 horas.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária será realizada no município de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Padre Valdevino, nº 150, Centro, CEP: 60135-040, às 10:00 no dia 30/04/2024 para examinar, discutir e votar as seguintes matérias de interesse da Companhia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- I. Aprovação das contas dos Administradores; exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal;
- II. Destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e distribuição de dividendos;
- III. Eleição, pelo acionista controlador, de 1 (um) membro para compor o Conselho de Administração da Companhia;
- IV. Fixação da remuneração global anual dos Administradores da Companhia até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2025;
- V. Uma vez instalado o Conselho Fiscal, eleição de seus membros e fixação de sua remuneração, nos termos do artigo 161 da Lei nº 6.404/76.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- I. Aprovação da capitalização parcial do saldo da reserva de reforço de capital de giro, com a consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

A Companhia espera que o presente Manual seja útil aos senhores acionistas e incentive vossa participação na Assembleia Geral.



3. ORIENTAÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

O edital de convocação da Assembleia Geral consta deste Manual e será publicado no jornal O Povo.

A Assembleia Geral somente será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representando o *quórum* mínimo legal para o tema, conforme a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), conforme alterada. A Assembleia Geral, em segunda convocação, será instalada com a presença de qualquer número de acionistas.

A aprovação da matéria a ser apreciada na Assembleia Geral dependerá do voto afirmativo da maioria absoluta dos acionistas com direito a voto presentes, não se computando os votos em branco, conforme artigo 129 da Lei das Sociedades por Ações.

3.1. Participação Presencial

Como a Assembleia Geral discutirá temas de interesse da Companhia e de V.Sas., apenas as pessoas que comprovarem sua qualidade de acionistas - ou de representantes de acionistas, na forma da legislação aplicável - poderão comparecer e participar da Assembleia Geral, nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Conforme a legislação aplicável, para comprovar a qualidade de acionistas, ou representantes de acionistas, e participar da Assembleia Geral, V.Sas. deverão apresentar os seguintes documentos:

- (i) Comprovante de propriedade de ações expedido pela instituição depositária das ações da Companhia expedido com no máximo 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia Geral; e
- (ii) Cópia autenticada dos seguintes documentos, conforme o caso:
 - a) Acionista Pessoa Física: Documento de identificação com foto. Exemplos: RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.
 - b) Acionista Pessoa Jurídica: Documento de identificação com foto do(s) representantes(s) legal(is) do acionista, exemplar do último Estatuto ou Contrato Social consolidado e registrado e, ainda, a documentação societária que lhe(s) outorgue poderes de representação (ata de eleição dos diretores ou procuração), devidamente registrada.
 - c) Acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento: Documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) do administrador do Fundo de Investimento (ou do gestor, conforme o caso), exemplar do último regulamento consolidado do fundo e do Estatuto ou Contrato Social do seu administrador, além da documentação societária que lhe(s) outorgue poderes de representação (ata de eleição dos administradores ou procuração).

Na hipótese de representação do acionista, original ou cópia autenticada do instrumento de procuração devidamente regularizado na forma da lei e dos atos societários que comprovem a representação legal com antecedência de 72 (setenta e duas horas) contadas da data de realização da Assembleia Geral, através do endereço eletrônico assembleia.ce@enel.com ou à Rua Padre Valdevino, nº 150, Prédio da administração Central, segundo andar, Centro –Fortaleza CE, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, mediante protocolo de recebimento, se entregue em mãos, ou aviso de recebimento (“AR”)



caso seja entregue por Correios ou courier.

Antes de abrirem-se os trabalhos da Assembleia Geral, os acionistas ou os representantes dos acionistas assinarão o “Livro de Presença”, indicando o seu nome, nacionalidade e residência, bem como a quantidade, espécie e classe das ações de que forem titulares, conforme Artigo 127 da Lei das Sociedades por Ações.

3.2. Participação Por Voto à Distância

Conforme previsto na Resolução CVM nº 81/22, os acionistas da Companhia também poderão exercer o voto em assembleias gerais por meio de voto a distância, a ser formalizado em documento denominado “Boletim de voto a distância”.

Envio do boletim pelo acionista diretamente à Companhia

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por meio do envio do Boletim de Voto à Distância diretamente à Companhia, nos termos da Instrução Resolução CVM nº 81/22, deverá encaminhar os seguintes documentos através do endereço eletrônico assembleia.ce@enel.com ou à Rua Padre Valdevino, nº 150, Prédio da administração Central, segundo andar, Centro –Fortaleza CE, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, mediante protocolo de recebimento, se entregue em mãos, ou aviso de recebimento (“AR”) caso seja entregue por Correios ou courier. Documentos a serem entregues:

(i) Via física do Boletim de Voto à Distância com (a) todos os seus campos devidamente preenchidos; (b) todas as suas páginas rubricadas; e (c) a assinatura do acionista ou de seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso, nos termos da regulamentação vigente;

(ii) Comprovante de propriedade de ações expedido pela instituição depositária das ações da Companhia; e

(iii) Cópia autenticada dos seguintes documentos, conforme o caso:

a) Acionista Pessoa Física: Documento de identificação com foto. Exemplos: RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

b) Acionista Pessoa Jurídica: Documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) do acionista, exemplar do último Estatuto ou Contrato Social consolidado e, ainda, a documentação societária que lhe(s) outorgue poderes de representação (ata de eleição dos diretores ou procuração).

c) Acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento: Documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) do administrador do Fundo de Investimento (ou do gestor, conforme o caso), exemplar do último regulamento consolidado do fundo e do Estatuto ou Contrato Social do seu administrador, além da documentação societária que lhe(s) outorgue poderes de representação (ata de eleição dos administradores ou procuração).

O Boletim de Voto à Distância deverá ser recebido em até, no máximo, 7 (sete) dias antes da data de realização da respectiva assembleia, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, artigo 27.



Uma vez recebidos o Boletim de Voto à Distância e os documentos que o tiverem acompanhado, a Companhia comunicará o acionista acerca de sua aceitação ou não, neste caso, devidamente justificada, no prazo de 03 (três) dias úteis contados do seu recebimento, nos termos do artigo 39 da Resolução CVM nº 81/22.

Exercício de voto por meio de prestadores de serviços – Sistema de voto à distância

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia, observadas as regras por esses determinadas. Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia ou com o escriturador e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal.

Nos termos da Resolução CVM nº 81/22, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia ou para o escriturador em até 7 dias antes da data de realização da Assembleia Geral, salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia ou pelo escriturador.

Instituição contratada pela companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas)

0800 7209285 (demais localidades)

O horário de atendimento é em dias úteis das 9h às 18h.



4. EDITAL DE CONVOCAÇÃO

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE

CNPJ nº 07.047.251/0001-70

NIRE nº 23300007891

Companhia Aberta

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os senhores acionistas da Companhia Energética do Ceará – COELCE (“Companhia”), convocados a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária (“AGOE” ou “assembleias”), a serem realizadas no dia 30 de abril de 2024, às 10 horas, na sede da Companhia, na Rua Padre Valdevino, nº 150, Centro, Fortaleza - CE, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- I.** Aprovação das contas dos Administradores; exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal;
- II.** Destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e distribuição de dividendos;
- III.** Eleição, pelo acionista controlador, de 1 (um) membro para compor o Conselho de Administração da Companhia;
- IV.** Fixação da remuneração global anual dos Administradores da Companhia até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2025;
- V.** Uma vez instalado o Conselho Fiscal, eleição de seus membros e fixação de sua remuneração, nos termos do artigo 161 da Lei nº 6.404/76.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- I.** Aprovação da capitalização parcial do saldo da reserva de reforço de capital de giro, com a consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado.

Para participar das assembleias, o acionista deverá apresentar comprovante de propriedade de ações expedido pela instituição depositária das ações da Companhia. Caso o acionista seja representado por procurador, a Companhia solicita o depósito do respectivo mandato acompanhado dos documentos necessários, com 72 (setenta e duas) horas de antecedência do dia das assembleias. Solicita-se aos acionistas que observem o disposto no artigo 126 da Lei 6.404/76.



Para instalação do Conselho Fiscal é necessário o pedido de acionistas que representem, no mínimo, 2% (dois por cento) de ações com direito a voto, ou 1% (um por cento) das ações sem direito a voto, na forma da Resolução CVM nº 70, de 22/03/2022.

Nos termos do artigo 3º da Resolução CVM nº 70, de 22/03/2022, o percentual mínimo sobre o capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento).

O acionista poderá exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29/03/2022, enviando o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia, conforme orientações constantes do Boletim de Voto à Distância e do Manual de Participação para as respectivas assembleias.

Os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas nas assembleias encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia e por meio de sistema eletrônico da página da CVM (www.cvm.gov.br).

Fortaleza, 09 de abril de 2024.

Guilherme Gomes Lencastre
Presidente do Conselho de Administração



5. MODELO DE PROCURAÇÃO E SUBSTABELECIMENTO

Abaixo constam modelos de procuração e substabelecimento para mera referência dos acionistas. Os acionistas também poderão utilizar outras procurações que não a sugerida neste Manual, desde que em acordo com o disposto na Lei nº 6.404/1976 e no Código Civil Brasileiro.

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato, **(NOME/DENOMINAÇÃO SOCIAL DO OUTORGANTE)**, (natureza do Outorgante, p.e. Fundo de Investimento, Pessoa Jurídica ou Pessoa Física), (nacionalidade), (se pessoa física: estado civil, profissão, documento de identidade nº _____, emitido por _____), inscrito no (CNPJ/CPF) sob o nº _____, com domicílio em (endereço completo), doravante simplesmente “Outorgante”, nomeia (qualificação completa dos Outorgados), para representação da Outorgante nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da **COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE** (“Companhia” ou “Coelce”), a serem realizadas no dia 30 de abril de 2024, às 10hs, para nelas proferir voto, de acordo com as instruções anexas a este instrumento de mandato. Os aqui Outorgados ficam também autorizados a representar a Outorgante na assinatura da(s) respectiva(s) ata(s) e do livro de presença de acionistas da Companhia, no que diz respeito às assembleias aqui mencionadas.

(local), (dia e mês) de 2024.

(assinatura)



SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente instrumento particular, Eu, (qualificação completa do Procurador), substabeleço para (qualificação completa dos substabelecidos), os poderes a mim outorgados por **(NOME/DENOMINAÇÃO SOCIAL DO ACIONISTA)**, (natureza do Outorgante, p.e. Fundo de Investimento, Pessoa Jurídica ou Pessoa Física), (nacionalidade), (se pessoa física: estado civil, profissão, documento de identidade nº ____, emitido por ____), inscrito no (CNPJ/CPF) sob o nº _____, com domicílio em (endereço completo), doravante simplesmente “Outorgante”, para fins de representação da Outorgante nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da **COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE** (“Companhia” ou “Coelce”), a serem realizadas no dia 30 de abril de 2024, às 10hs, para nelas proferir voto, de acordo com as instruções de voto anexas a este instrumento de mandato. Os aqui substabelecidos ficam também autorizados a representar a Outorgante na assinatura da(s) respectiva(s) ata(s) e do livro de presença de acionistas da Companhia, no que diz respeito às assembleias aqui mencionadas.

(local), (dia e mês) de 2024.

(assinatura)



6. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

O Conselho de Administração da Companhia Energética do Ceará (“Coelce” ou “Companhia”) submete à apreciação de seus Acionistas a Proposta da Administração sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 30 de abril de 2024, bem como os Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia no exercício de 2023, nos termos do item 2, do Anexo C, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 (Formulário de Referência), anexo I ao presente documento.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1 - Aprovação das contas dos Administradores, exame, discussão e votação do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2023, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes:

A Administração da Companhia informa que foram publicadas em 28 de fevereiro de 2024, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes e o Relatório da Administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, aprovados pela Diretoria da Companhia previamente à manifestação favorável do Conselho de Administração, e à emissão da opinião do Conselho Fiscal, tendo sido, portanto, considerados em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia.

2 - Destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos:

A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2023 um lucro líquido de R\$ 315.476.397,25 (trezentos e quinze milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, trezentos e noventa e sete reais e vinte e cinco centavos), dos quais, subtraído o montante de R\$ 15.212.132,90 (quinze milhões, duzentos e doze mil, cento e trinta e dois reais e noventa centavos), relativo ao incentivo fiscal (SUDENE), e acrescido o montante de R\$ 124.640,17 (cento e vinte e quatro mil, seiscentos e quarenta reais e dezessete centavos), referente à reversão de dividendos prescritos, nos termos do art. 287, II, “a”, da Lei 6.404/76.

Tendo em vista (i) a faculdade da Companhia prevista no § 1º do artigo 193 da Lei 6.404/76, de deixar de constituir reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76 exceder 30% do capital social, e que (ii) o saldo resultante da soma da reserva de capital mais a reserva legal da Coelce ultrapassa 30% do capital social da Companhia, a Administração propõe não destinar qualquer parcela do lucro líquido do exercício para a constituição da reserva legal.

Em face do exposto, a Administração propõe aos Acionistas da Companhia que o lucro líquido de R\$ 315.476.397,25 (trezentos e quinze milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, trezentos e noventa e sete reais e vinte e cinco centavos) seja destinado da seguinte forma: (i) o valor de R\$ 75.097.226,13 (setenta e cinco milhões, noventa e sete mil, duzentos e vinte e seis reais e treze centavos), correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) do total do lucro líquido ajustado e (ii) o saldo remanescente, no valor de R\$ 225.291.678,39 (duzentos e vinte e cinco milhões, duzentos e noventa e um mil, seiscentos e setenta e oito reais e trinta e nove centavos), reduzido pelo valor de R\$ 13.816.045,32 (treze milhões, oitocentos e dezesseis mil, quarenta e cinco reais e trinta e dois centavos), correspondente ao resultado de benefício pós-emprego (ganho atuarial), totalizando R\$ 211.475.633,07 (duzentos e onze milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, seiscentos e trinta e três reais e sete centavos), propõe-se que seja destinado à reserva de reforço de capital de giro da Companhia, nos termos do art. 28, II, d, do Estatuto Social.



Os dividendos ora propostos serão submetidos à aprovação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30 de abril de 2024, e, em sendo aprovados, deverão ter o seu pagamento efetuado até 31 de dezembro de 2024, sem a incidência de qualquer atualização monetária, aos acionistas titulares de ações da Companhia no final do dia da realização da Assembleia Geral Ordinária que vier a aprovar as Demonstrações Financeiras e a proposta de distribuição do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, no valor de 0,96457437 por ação ordinária, ação preferencial Classe “A” e ação preferencial classe “B”.

Considerando que após a destinação acima, o saldo das reservas de lucros ultrapassará o limite que trata o artigo 199 da Lei 6.404/76, propõe-se a capitalização parcial do saldo da Reserva de Reforço de Capital de Giro, no valor de R\$ de R\$ 106.000.000,00 (cento e seis milhões de reais) sem a emissão de novas ações, que será objeto de deliberação em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na mesma data da AGO.

Encontra-se anexa ao presente documento a proposta de destinação do lucro líquido do exercício com as informações indicadas no Anexo A da Resolução CVM nº 81/2022, nos termos do inciso III do parágrafo único do art. 10º da referida Resolução (Anexo II).

3 - Eleição, pelo acionista controlador, de 1 (um) membro para compor o Conselho de Administração da Companhia

O acionista controlador propõe a eleição do Sr. Antonio Scala como membro titular do Conselho de Administração, em substituição ao Sr. Nicola Cotugno que renunciou em 30 de outubro de 2023 a saber:

Diante do exposto acima, o Conselho de Administração da Companhia passará a ser composto pelos seguintes membros:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Membros Efetivos	Membros Suplentes
Guilherme Gomes Lencastre (Presidente)	Alain Rosolino
Mario Fernando de Melo Santos (Vice-Presidente)	Marcia Massotti de Carvalho
Antonio Scala	José Nunes de Almeida Neto
Teobaldo José Cavalcante Leal	Julia Freitas de Alcântara Nunes
Ana Claudia Gonçalves Rebello	Maria Eduarda Fischer Alcure
Gino Celentano	Anna Paula Hiotte Pacheco
Francisco Honório Pinheiro Alves	Michelle Rodrigues Nogueira
Gabriel Nunes Ramires	vago
João Francisco Landim Tavares	Artur Teixeira Neto

Encontram-se anexas ao presente documento (Anexo IV) as informações indicadas no item 7 do Formulário de Referência, conforme artigo 13 da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 conforme alterada (“Resolução CVM nº 81/2022”).

4 - Fixação da remuneração global anual dos Administradores da Companhia até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2025.

A proposta de remuneração global anual dos administradores, até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2025, será de até: R\$ 17.064.356,43 (dezessete milhões, sessenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e seis reais e quarenta e três centavos).

Encontram-se anexas ao presente documento (Anexo III) as informações indicadas no item 8 do Formulário de Referência, conforme artigo 13 da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM nº 81/2022”).



5 – Instalação do Conselho Fiscal e eleição dos seus membros e respectivos suplentes e fixação de sua remuneração, nos termos do artigo 161 da Lei nº 6.404/76.

Os acionistas que desejarem indicar candidatos para o Conselho Fiscal poderão notificar a Companhia por escrito informando o nome completo e qualificação do candidato. A Companhia recomenda ao acionista que deseja indicar candidato para o Conselho Fiscal que apresente o nome completo, qualificação, currículo profissional completo do candidato e demais informações requeridas no artigo 11 da Resolução CVM nº 81/2022, bem como apresente a respectiva declaração desimpedimento, nos termos do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CVM nº 80/2022.

Em caso de instalação do Conselho Fiscal, a Administração propõe, ainda, a remuneração global dos membros do Conselho Fiscal no montante de até R\$ 303.278,56.

A remuneração efetivamente paga ao Conselho Fiscal será o equivalente de 10% da remuneração que, em média, for paga a cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros, nos termos do artigo 162, §3º da Lei 6.404/76.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA

1. Aprovação da capitalização parcial do saldo da Reserva de Reforço de Capital de Giro, com a consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. (Vide Anexos V e VI desta proposta da Administração)

Considerando que após a destinação do lucro líquido do exercício de 2023, o saldo das reservas de lucros ultrapassará o limite de que trata o artigo 199 da Lei 6.404/76, a Administração propõe a aprovação da capitalização parcial do saldo da reserva de reforço de capital de giro, sem a emissão de novas ações, no valor de R\$ 106.000.000,00 (cento e seis milhões de reais). O capital social da Companhia passará de R\$ 1.282.346.885,77 (um bilhão, duzentos e oitenta e dois milhões, trezentos e quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos), para R\$ R\$ 1.388.346.885,77 (um bilhão, trezentos e oitenta e oito milhões, trezentos e quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos) com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

Em atenção ao art. 12 da Resolução CVM nº 81/2022, o Anexos VI desta Proposta contém o relatório detalhando a origem e a justificativa das alterações propostas ao Estatuto Social da Companhia.

Anexo I - Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia

Artigo 10º da Resolução CVM nº 81/2022 – Relatório do comitê de auditoria estatutário e comentários dos administradores sobre a situação financeira da companhia na forma do item 2 do Formulário de Referência.

2. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais:

No curso normal de seus negócios, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as suas atividades, assim como para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. Considerando os indicadores financeiros e patrimoniais apresentados no último exercício social, conforme tabela abaixo, o nível de endividamento da Companhia é confortável, e se mantém em patamares conservadores. A Companhia encerrou 2023 com uma alavancagem financeira bruta (Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL)) de 0,58 e com o Índice Dívida Bruta / EBITDA (EBITDA e Dívida Bruta acumulado nos últimos 12 meses) em 3,36.

O índice que relaciona a Dívida Líquida pelo EBITDA (Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização), encerrou 2023 em 3,25, um aumento em relação ao registrado no ano anterior (2,80). Contudo, apesar do aumento, o nível do indicador continua dentro das condições normais de mercado e abaixo do nível de referência (3,5).

Considerando o nível de alavancagem e os índices de liquidez, em condições normais de mercado, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições satisfatórias para contratar empréstimos e financiamentos adequados para realização de suas atividades e/ou investimentos futuros, denotando capacidade financeira suficiente para a cobertura financeira de suas operações, bem como realização de investimentos planejados, pagamento de dívidas e outras obrigações.

Em 31 de agosto de 2023, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

Indicadores de Endividamento	Exercício findo em 31/12/2023
Dívida Bruta / EBITDA	3,36
Dívida Líquida / EBITDA	3,25
Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL)	0,58
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL)	0,58
Indicadores de liquidez	Exercício findo em 31/12/2023
Liquidez Geral (Ativo Circulante+ativo não circulante)/(Passivo circulante+Passivo não circulante)	1,47
Liquidez Corrente (Ativo circulante/Passivo Circulante)	0,56
Liquidez Imediata (Caixa e equivalentes e Títulos e Valores Mobiliários/Passivo Circulante)	0,04

OBS: A Dívida Bruta considera as seguintes contas do Balanço:

- Instrumentos Financeiros Derivativos, presente tanto no ativo e passivo circulante e não circulante;
- Empréstimos e Financiamentos, presente tanto no passivo circulante como no não circulante;
- Debêntures, presente tanto no passivo circulante como no não circulante;

Para se obter a Dívida Líquida, subtrai-se da Dívida Bruta as seguintes contas do ativo circulante:

- Caixa e equivalente de caixa
- Títulos e valores mobiliários

b. estrutura de capital

Estrutura de capital – calculada considerando relação: dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)

	Exercício findo em 31/12/2023
Capital Próprio = PL (R\$ mil)	4.191.147
Capital de Terceiros = Dívida Líquida (R\$ mil)	5.706.216
TOTAL (R\$ mil)	9.897.363
Capital Próprio (%)	49,6%
Capital de Terceiros (%)	67,5%

* Dívida Financeira Líquida considera a dívida total, excluindo a dívida com partes relacionadas

As operações da Companhia são financiadas com capital próprio e de terceiros obtidos por meio de empréstimos e financiamentos junto a bancos e instituições financiadoras de projetos de investimentos e capital de giro. Em 31 de dezembro de 2023, 49,6% do capital utilizado pela Companhia era proveniente de recursos próprios e 67,5% oriundos de capital de terceiros. Conforme demonstram estas proporções, os diretores acreditam que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada e conservadora, denotando baixo risco de crédito.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Ao final de 2023, a Companhia cumpriu com todos os *covenants* financeiros assumidos em contratos de financiamentos e emissão de debêntures, conforme apresentados abaixo, indicando situação de liquidez e equilíbrio financeiro:

Escritura da 5ª, 6ª e 7ª emissão de debêntures	Limite Contratual	Exercício findo em 31/12/2023
Dívida Financeira Líquida** ÷ EBITDA Ajustado (Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações, provisão para contingências, e provis. para cred. liq. duvidosa)	Limite Máx. 3,50	2,84

** Dívida Financeira Líquida = Empréstimos e Financiamentos, Debêntures e Instrumentos Financeiros Derivativos subtraindo-se o Caixa e equivalente de caixa, os Títulos e valores mobiliários e as cauções e depósitos da NE 11.

BNP 4131 II, Scotiabank 4131 V e VI, Sumitomo 4131, Citibank 4131 e 8ª 9ª, 10ª e 11ª emissões de debêntures	Limite Contratual	Exercício findo em 31/12/2023
Dívida Financeira Líquida*** ÷ EBITDA Ajustado (Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações, provisão para contingências, e provis. para cred. liq. duvidosa)	Limite Máx. 3,50	2,85

*** Dívida Financeira Líquida = Empréstimos e Financiamentos, Debêntures e Instrumentos Financeiros Derivativos subtraindo-se o Caixa e equivalente de caixa e os Títulos e valores mobiliários.

A Companhia tem seguido uma estratégia financeira que visa os objetivos principais de: (i) buscar a captação de recursos para financiar parte relevante dos investimentos, em complementação à geração de caixa interna; (ii) equilibrar o custo financeiro total da dívida com um nível de risco financeiro moderado; e (iii) preservar um nível de liquidez que minimize riscos financeiros conjunturais. Considerando o seu perfil de endividamento, a sua capacidade financeira de captação de recursos e de geração de caixa, os diretores entendem que a Companhia não deverá encontrar dificuldades em honrar os seus compromissos financeiros atualmente contratados ou em financiar investimentos futuros.

Ao final do exercício de 2023, o indicador financeiro Dívida Líquida sobre EBITDA Ajustado (demonstrado na tabela acima), índice que mede a capacidade de pagamento da Companhia, fechou 2023, medindo 2,85, inferior ao seu limite referencial (máximo de 3,5 para a 8ª, 9ª, 10ª, 11ª emissão das debentures e algumas operações de 4131), o que demonstra um perfil de endividamento conservador e capacidade financeira suficiente para honrar com seus compromissos. Os diretores entendem que a Companhia possui nível de endividamento prudente, e

portanto, sem problemas para honrar os compromissos financeiros contratados ou para financiar suas operações com mais capital de terceiros no futuro.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 2023 as necessidades de caixa da Companhia compreenderam: (i) pagamento dos custos operacionais; (ii) realização de investimentos; (iii) pagamento de encargos e amortizações de dívidas; e (iv) dividendos aos acionistas.

Neste período, as fontes de liquidez da companhia corresponderam principalmente a: (i) receita do fornecimento de energia elétrica aos clientes; (ii) subvenções dos recursos federais do programa “Baixa Renda”; (iii) linhas de financiamento para capital de giro, contratadas com diversas entidades financiadoras; e (iv) linhas de financiamento de longo prazo para investimentos correntes (manutenção e expansão).

Os diretores da Companhia esclarecem que os fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais têm sido suficientes para a cobertura das necessidades de recursos financeiros, incluindo parte dos investimentos. Todavia, a companhia geralmente busca financiamento por meio de operações bilaterais e operações no mercado de capitais, com a finalidade de financiar sua necessidade de recursos, sobretudo para capital de giro e realização de investimentos.

No exercício de 2023, foram captados recursos nos montantes de R\$ 2.100.000 mil com a emissão de debêntures, para financiamento de parte do plano de investimentos da Companhia. Adicionalmente, foram captados R\$ 991.531 mil oriundos de operações *intercompany* para financiar capital de giro.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez;

A Companhia mantém linha de crédito bancária para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos que julgue adequados, através de contrato firmado, cujo montante em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 100.000. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979, Nº 1.540, Nº 3.754 e Nº 647, no valor de até R\$ 2.150.000.

Do total de dívida no passivo circulante, parte significativa refere-se a créditos com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 410.971 mil, que possuem exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados caso seja necessário.

A Companhia conta também com o apoio financeiro da Holding do grupo (Enel Spa) que, por meio da Enel Finance International (EFI), disponibiliza recursos para financiar investimentos e capital de giro. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de empréstimos com a EFI no Passivo Circulante era de R\$ 23.574 mil, também com possibilidade de refinanciamento.

Também para capital de giro, a Companhia pode fazer uso de empréstimos bancários de curto/médio prazos, e eventualmente operações no mercado de capitais. Tais opções têm se demonstrado plenamente acessíveis à companhia, em decorrência de seu bom perfil de riscos financeiros.

Para execução de investimentos, a Companhia pode utilizar financiamentos de longo prazo com instituições financeiras de desenvolvimento, tais como BNDES, BANCO DO NORDESTE e outras entidades de fomento, quando disponíveis, como ELETROBRÁS e SUDENE, e também a emissão de dívida no mercado de capitais e operações de crédito bilateral de médio prazo.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

As informações sobre as operações de empréstimos e financiamentos em moedas nacionais e estrangeiras são:

Saldo das operações financeiras (Valores em R\$ mil):

	Exercício findo em 31/12/2023
Moeda Estrangeira	
BNP 4131 II - COELCE (b)	114.301
Sumitomo 4131 - COELCE (d)	243.151
Citibank 4131 - COELCE (e)	271.601
SCOTIABANK 4131 - COELCE V (c)	222.176
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI (c)	119.306
Total Moeda Estrangeira	970.535
Moeda Nacional	
Financiamentos	275
FINEP (f)	275
Empréstimos	207.823
BNB II (a)	207.823
Empréstimos com Partes Relacionadas	934.545
Enel Finance International N.V. (g)	523.574
Mútuos Enel BR (h)	410.971
Total Moeda Nacional	1.142.643
Total Moeda Nacional	1.142.643
Total de Empréstimos e Financiamentos	2.113.178
Instrumentos financeiros derivativos	45.324
Total de Empréstimos e Financiamentos	2.158.502
Circulante	936.007
Não Circulante	1.222.495
	2.158.502

Características das operações financeiras:

- a) BNB II - A Companhia celebrou contratos, em 29 de março de 2018, com o Banco do Nordeste do Brasil para o financiamento de Investimentos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) no valor total de R\$ 340.350.914,68.
- b) BNP 4131 II - Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 01 de abril de 2021, no montante de R\$ 135.000.000,00.
- c) SCOTIABANK
- SCOTIABANK 4131 III – Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 06 de janeiro de 2021, no montante de R\$ 400.000.000,00.
 - SCOTIABANK 4131 - COELCE IV – Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 16 de julho de 2021, no montante de R\$ 210.000.000,00.
 - SCOTIABANK 4131 V – Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 23 de setembro de 2022, no montante de R\$ 230.000.000,00.
 - SCOTIABANK 4131 VI – Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 21 de novembro de 2022, no montante de R\$ 130.000.000,00.
- d) Sumitomo 4131 – Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 15 de outubro de 2021, no montante de R\$ 278.250.000,00.

- e) Citibank 4131 - Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 24 de março de 2022, no montante de R\$ 271.700.000,00.
- f) FINEP - Financiamento para o plano de investimentos da Companhia contratado em 17 de abril de 2020, no montante total de R\$ 663.390,00.
- g) Enel Finance International N.V- Operação de intercompany contratada com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 02 de março de 2021, no montante de R\$ 500.000.000,00.
- h) Mútuos Enel BR - Operações de intercompany contratada com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia os quais foram assinados em 20 de setembro, 20 de outubro, e 16 de novembro de 2022, no montante total de R\$ 112.463.015,39. Adicionalmente foram contratadas novas operações em 15 de março, 27 de março, 20 de abril, 25 de abril, 17 de novembro, e 21 de novembro de 2023, no montante total de R\$ 382.925.759,07.

O principal dos empréstimos e financiamentos não circulante, excluindo os efeitos das operações de swap contratados e dos custos de transação, tem sua curva de amortização distribuída da seguinte forma:

Curva de Amortização dos Emprést. e Financ. - LP (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2023
2025	933.695
2026	265.107
2027	49.455
2028	16.515
Após 2028	4.028
	1.268.800

Debêntures

Saldo das debêntures emitidas pela Companhia (Valores em R\$ mil):

	Exercício findo em 31/12/2023
2ª Série - 5ª Emissão	103.410
2ª Série - 6ª Emissão	366.326
2ª Série - 7ª Emissão	407.583
1ª Série - 8ª emissão	722.292
9ª emissão - Série Única	1.012.349
10ª emissão - Série Única	507.771
11ª emissão - Série Única	650.327
(-) Custo de transação	(27.755)
Total sem efeito de swap	3.742.303
Resultado das operações de swap	-
Total de debentures	3.742.303
Circulante	1.911.623
Não Circulante	1.830.680
	3.742.303

Características das emissões:

Características	5ª Emissão 2ª Série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	150.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 1.000,00
Data de emissão	15 de dezembro de 2017
Vencimento inicial	15 de dezembro de 2023
Vencimento final	15 de dezembro de 2024
Atualização monetária	IPCA
Repactuação	Não haverá
Remuneração	IPCA + 6,0013% a.a
Exigibilidade de juros	Semestral
Amortizações	2 parcelas
Data das amortizações	2023 e 2024
Características	6ª Emissão 2ª Série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	270.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 1.000,00
Data de emissão	15 de junho de 2018
Vencimento Inicial	15 de junho de 2024
Vencimento Final	15 de junho de 2025
Atualização monetária	IPCA
Repactuação	Não haverá
Remuneração	IPCA + 6,1965% a.a
Exigibilidade de juros	Semestral
Amortizações	2 parcelas
Data das amortizações	2024 e 2025
Características	7ª Emissão 2ª Série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	300.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 1.000,00
Data de emissão	15 de março de 2019
Vencimento Inicial	15 de março de 2024

Vencimento Final	15 de março de 2024
Atualização monetária	IPCA
Repactuação	Não haverá
Remuneração	IPCA + 4,50% a.a
Exigibilidade de juros	Anual
Amortizações	Parcela única
Data das amortizações	2024

Características	8ª Emissão Série Única
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	600.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 1.000,00
Data de emissão	15 de maio de 2022
Vencimento Inicial	15 de maio de 2032
Vencimento Final	15 de maio de 2032
Atualização monetária	IPCA
Repactuação	Não haverá
Remuneração	IPCA + 6,21% a.a
Exigibilidade de juros	Semestral
Amortizações	3 parcelas
Data das amortizações	2030, 2031 e 2032

Características	9ª Emissão Série Única
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	950.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 1.000,00
Data de emissão	10 de janeiro de 2023
Vencimento Inicial	10 de janeiro de 2026
Vencimento Final	10 de janeiro de 2026
Atualização monetária	Sem atualização
Repactuação	Não haverá
Remuneração	100% CDI + 1,48% a.a
Exigibilidade de juros	Semestral
Amortizações	Parcela única
Data das amortizações	2026

Características	10ª Emissão Série Única
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	500.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 1.000,00
Data de emissão	15 de maio de 2023
Vencimento Inicial	15 de maio de 2024
Vencimento Final	15 de maio de 2024
Atualização monetária	Sem atualização
Repactuação	Não haverá
Remuneração	100% CDI + 1,65% a.a
Exigibilidade de juros	Semestral
Amortizações	Parcela única
Data das amortizações	2024

Características	11ª Emissão Série Única
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	650.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 1.000,00
Data de emissão	28 de junho de 2023
Vencimento Inicial	28 de junho de 2024
Vencimento Final	28 de junho de 2024
Atualização monetária	Sem atualização
Repactuação	Não haverá
Remuneração	100% CDI + 1,65% a.a
Exigibilidade de juros	Semestral
Amortizações	Parcela única
Data das amortizações	2026

5ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2017, foi aprovada a 5ª emissão das debêntures, que tinha como objetivo reforçar o capital de giro da Companhia, bem como o reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionadas a projetos de investimentos da Companhia nos anos de 2016, 2017 e 2018.

A 5ª emissão de debêntures foi realizada em 15 de outubro de 2017, com 500.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 na data de emissão, no montante total de R\$ 500.000.000, colocadas através de oferta pública de distribuição.

A primeira série foi emitida com 350.000 debêntures, sem correção monetária, com remuneração de 100% do CDI + 0,80% a.a., exigíveis semestralmente, e amortizadas em 02 parcelas anuais em 15 de dezembro de 2021 e 15 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2023, não havia valores em aberto.

A segunda série foi emitida com 150.000 debêntures, com correção monetária pela variação do IPCA, com remuneração de IPCA + 6,0013% a.a., exigíveis semestralmente, e amortizadas em 02 parcelas anuais em 15 de dezembro de 2023 e 15 de dezembro de 2024.

6ª Emissão

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 19 de abril de 2018, foi aprovada a 6ª emissão das debêntures, que tinha como objetivo reforçar o capital de giro da Companhia, bem como o reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionadas a projetos de investimentos da Companhia ao longo do ano de 2017.

A 6ª emissão de debêntures foi realizada em 15 de junho de 2018, com 310.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 na data de emissão, no montante total de R\$ 310.000.000, colocadas através de oferta pública de distribuição.

A primeira série foi emitida com 40.000 debêntures, sem correção monetária, com remuneração de 100% do CDI + 0,95% a.a., exigíveis semestralmente, e amortizadas em uma única parcela, na data de vencimento da primeira série, 15 de junho de 2023. Em 31 de dezembro de 2023, não havia valores em aberto.

A segunda série foi emitida com 270.000 debêntures, com correção monetária pela variação do IPCA, com remuneração de IPCA + 6,1965% a.a., exigíveis semestralmente, e amortizadas em 02 parcelas anuais em 15 de junho de 2024 e 15 de junho de 2025.

7ª Emissão

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 19 de fevereiro de 2019, foi aprovada a 7ª emissão das debêntures, que tinha como objetivo reforçar o capital de giro da Companhia, bem como o reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionadas a projetos de investimentos da Companhia.

A 7ª emissão de debêntures foi realizada em 15 de março de 2019, com 650.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 na data de emissão, no montante total de R\$ 650.000.000, colocadas através de oferta pública de distribuição.

A primeira série foi emitida com 350.000 debêntures, sem correção monetária, com remuneração de 100% do CDI + 0,50% a.a., exigíveis semestralmente, e amortizadas em 02 parcelas anuais em 15 de março de 2022 e 15 de março de 2023. Em 31 de dezembro de 2023, não havia valores em aberto.

A segunda série foi emitida com 300.000 debêntures, com correção monetária pela variação do IPCA, com remuneração de IPCA + 4,50% a.a., exigíveis anualmente, e amortizadas em uma única parcela, na data de vencimento da segunda série, 15 de março de 2024.

8ª Emissão

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 16 de maio de 2022, foi aprovada a 8ª emissão das debêntures, que tinha como objetivo o reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionadas a projetos de investimentos da Companhia.

A 8ª emissão de debêntures foi realizada em 15 de maio de 2022, com 600.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 na data de emissão, no montante total de R\$ 600.000.000, colocadas através de oferta pública de distribuição.

As debêntures contam com correção monetária pela variação do IPCA, com remuneração de IPCA+ 6,21% a.a., exigíveis semestralmente, e amortizadas em 3 parcelas, nas datas de vencimento de 15 de maio de 2030, 15 de maio de 2031 e 15 de maio de 2032.

9ª Emissão

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 04 de janeiro de 2023, foi aprovada a 9ª emissão das debêntures, que tinha como objetivo o refinanciamento e reforço da Companhia.

A 9ª emissão de debêntures foi realizada em 10 de janeiro de 2023, com 950.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 na data de emissão, no montante total de R\$ 950.000.000, colocadas através de oferta pública de distribuição.

As debêntures não possuem correção monetária, com remuneração de 100% do CDI + 1,48% a.a., exigíveis semestralmente, e amortizadas em parcela única, na data de vencimento de 10 de janeiro de 2026.

10ª Emissão

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 05 de maio de 2023, foi aprovada a 10ª emissão das debêntures, que tinha como objetivo o refinanciamento e reforço da Companhia.

A 10ª emissão de debêntures foi realizada em 15 de maio de 2023, com 500.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 na data de emissão, no montante total de R\$ 500.000.000, colocadas através de oferta pública de distribuição.

As debêntures não possuem correção monetária, com remuneração de 100% do CDI + 1,65% a.a., exigíveis semestralmente, e amortizadas em parcela única, na data de vencimento de 15 de maio de 2024.

11ª Emissão

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 26 de junho de 2023, foi aprovada a 11ª emissão das debêntures, que tinha como objetivo o refinanciamento e reforço da Companhia.

A 11ª emissão de debêntures foi realizada em 28 de junho de 2023, com 650.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 na data de emissão, no montante total de R\$ 650.000.000, colocadas através de oferta pública de distribuição.

As debêntures não possuem correção monetária, com remuneração de 100% do CDI + 1,65% a.a., exigíveis semestralmente, e amortizadas em parcela única, na data de vencimento de 28 de junho de 2024.

Curva de amortização do longo prazo das debêntures:

Curva de Amortização das Debêntures - LP (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2023
2025	177.883
2026	947.530
2027	(4.604)
Após 2027	709.871
	1.830.680

Composição dos empréstimos e financiamentos e debêntures, por tipo de moeda e indexador:

Empréstimo, Financiamento e Debêntures - Custo (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2023	%
Moeda nacional		
Taxa Fixa	-12.567	-0,2%
TJLP	275	0,0%
CDI	4.769.671	80,8%
IPCA	1.141.356	19,3%
USD SOFR	2.070	0,04%
Total	5.900.805	100,0%

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

A Companhia mantém contratos de empréstimos e financiamentos de longo prazo com os bancos Scotiabank, BNP, Citibank e Sumitomo (operações de 4131) e BANCO DO NORDESTE.

Diversos outros bancos, nacionais e estrangeiros, mantém contatos frequentes com a Companhia, a maioria dos quais com limites de crédito abertos, ou com a perspectiva firme de aprovação de limites de crédito, para a realização de operações de crédito, operações de hedge ou emissão de garantias. A Companhia possui relacionamento de longo prazo com diversas instituições financeiras, na parte de serviços bancários, incluindo contratos de arrecadação de faturas de energia e sistemas de pagamento, emissão de fianças bancárias e também para a realização de investimentos financeiros (disponibilidades de caixa), incluindo fundos de investimentos, sempre com perfil de baixo risco e de alta liquidez.

iii. grau de subordinação entre as dívidas;

A Diretoria entende que não há condição de subordinação entre as dívidas vigentes na Companhia no último exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Entretanto, a Companhia possui dívidas de natureza quirografária e de natureza real, sendo que em 31 de dezembro de 2023, as garantias reais eram compostas por cessão fiduciária de direitos creditórios (recebíveis) para financiamentos do Banco do Nordeste.

Em eventual concurso universal de credores, na hipótese de uma eventual instauração de procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial, a subordinação entre as obrigações registradas no passível exigível acontecerá de acordo com a Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que atualmente compõe a seguinte ordem de preferência: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) crédito quirografários; (iv) créditos subordinados; e (viii) dividendos e juros sobre capital próprio.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições;

Os contratos financeiros da Companhia possuem restrições impostas pelos credores, tais como:

- Limite de endividamento:

A Companhia mantém contratos de financiamento e escritura de emissão de debêntures com estabelecimento de covenants financeiros, conforme descrito no item 2.1c desse formulário, a saber: Dívida Financeira Líquida ÷ EBITDA ≤ 3,5 - para as debêntures da 5ª, 6ª, 7ª e 8ª Emissão; Dívida Bancária Líquida ÷ EBITDA ≤ 3,5; Dívida Financeira Líquida ÷ EBITDA ≤ 3,5 - para as debêntures da 8ª, 9ª, 10ª e 11ª Emissão e operações de 4131 com Scotiabank, BNP, Citibank e Sumitomo.

- Distribuição de dividendos:

A maioria dos contratos não possui restrição para pagamento de dividendos, desde que a Companhia esteja

adimplente com suas obrigações. Pelos contratos de financiamento com Banco do Nordeste (BNB), há possíveis restrições quanto a distribuição de dividendos em caso de default pecuniário com estes contratos.

- Alterações societárias:

A maioria dos contratos permite alterações societárias desde que realizadas dentro do Grupo Econômico. Nos contratos BNB e com recursos de repasse BNDES, há obrigação da anuência prévia ao credor para eventos de mudança do controle acionário da Companhia, assim como nas debêntures, em casos específicos.

- Vencimento antecipado cruzado (cross acceleration):

Os principais contratos de financiamento de longo prazo da Companhia contêm cláusulas de vencimento antecipado cruzado (cross acceleration), de modo que o vencimento antecipado de um dos contratos poderá acarretar a antecipação do vencimento de outros contratos, vide tabela abaixo com a relação destes contratos:

Valores em R\$ mil

Dívidas com cláusulas de Cross-Default	Exercício findo em 31/12/2023
2ª Série - 5ª Emissão	103.410
1ª Série - 6ª Emissão	0
2ª Série - 6ª Emissão	366.326
2ª Série - 7ª Emissão	407.583
1ª Série - 8ª emissão	722.292
9ª emissão - Série Única	1.012.349
10ª emissão - Série Única	507.771
11ª emissão - Série Única	650.327
(-) Custo de transação	(27.755)
BNP 4131 II - COELCE	114.301
Sumitomo 4131 - COELCE	243.151
Citibank 4131 - COELCE	271.601
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	222.176
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	119.306
Saldo total das dívidas com cláusulas de cross-default (a)	4.712.838
Dívida Bruta Total (b)	5.900.805
(a)/(b)	80%

- Protesto de Títulos:

A maioria dos contratos restringe a emissão de títulos protestados contra a companhia, cujos valores ultrapassem os limites estabelecidos nos referidos contratos e que não sejam resolvidos dentro dos prazos permitidos.

Até esta data, a Companhia não havia descumprido nenhum dos índices econômico-financeiros (covenants financeiros) mencionados acima, nem apresenta risco de descumprimento. Adicionalmente, não há registro de qualquer default contratual por parte da Companhia. A Companhia monitora constantemente suas restrições contratuais para que sejam atendidas. Os diretores entendem que as restrições do último exercício foram atendidas de forma satisfatória.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados;

Financiamentos e empréstimos de longo prazo contratados com percentuais utilizados no último exercício social (2023):

Não houve financiamentos e empréstimos de longo prazo no exercício de 2023.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (Valores expressos em milhares de reais)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

	31.12.2023	Análise vertical (%)	31.12.2022	Análise vertical (%)	Variação (%) 2022x2021	Var.
Atividades operacionais:						
Lucro líquido do exercício	315.476	100,00%	640.570	100,00%	-50,75%	(325.094)
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:						
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	169.511	53,73%	113.124	17,66%	49,85%	56.387
Perda de recebíveis de clientes	28.280	8,96%	13.055	2,04%	116,62%	15.225
Depreciação e amortização	541.680	171,70%	408.084	63,71%	32,74%	133.596
Juros e variações monetárias	583.300	184,90%	(26.195)	-4,09%	-2326,76%	609.495
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	203.019	64,35%	256.274	40,01%	-20,78%	(53.255)
Marcação a mercado de dívida	(5.773)	-1,83%	9.752	1,52%	-159,20%	(15.525)
Ativos e passivos financeiros setorial	(29.807)	-9,45%	147.050	22,96%	-120,27%	(176.857)
Atualização do ativo financeiro da concessão	(401.356)	-127,22%	(191.043)	-29,82%	110,09%	(210.313)
Valor residual de intangível e imobilizado	31.496	9,98%	22.905	3,58%	37,51%	8.591
Tributos e contribuições social diferidos	129.375	41,01%	(19.664)	-3,07%	-757,93%	149.039
Provisões para processos judiciais e outros riscos	47.521	15,06%	21.848	3,41%	117,51%	25.673
Obrigações com beneficiários pós-emprego	9.683	3,07%	8.192	1,28%	18,20%	1.491
Redução (aumento) dos ativos:						
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(391.604)	-124,13%	(280.699)	-43,82%	39,51%	(110.905)
Créditos de Subvenção desconto tarifário	(30.253)	-9,59%	70.353	10,98%	-143,00%	(100.606)
Ativo financeiro setorial	30.845	9,78%	341.599	53,33%	-90,97%	(310.754)
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	(34.016)	-10,78%	136.426	21,30%	-124,93%	(170.442)
Outros tributos compensáveis	464.808	147,34%	115.048	17,96%	304,01%	349.760
Depósitos vinculados	(3.209)	-1,02%	787	0,12%	-507,75%	(3.996)
Outros créditos	13.234	4,19%	48.639	7,59%	-72,79%	(35.405)
Aumento (redução) dos passivos:						
Fornecedores	(106.377)	-33,72%	(35.702)	-5,57%	197,96%	(70.675)
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	(397.429)	-125,98%	(663.206)	-103,53%	-40,07%	265.777
Salários, provisões e encargos sociais	(15.510)	-4,92%	10.455	1,63%	-248,35%	(25.965)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(61.999)	-19,65%	175.879	27,46%	-135,25%	(237.878)
Outras obrigações fiscais	(13.342)	-4,23%	(23.543)	-3,68%	-43,33%	10.201
Passivo financeiro setorial	(77.032)	-24,42%	186.130	29,06%	-141,39%	(263.162)
Encargos setoriais	43.408	13,76%	(14.825)	-2,31%	-392,80%	58.233
Outras obrigações	14.980	4,75%	29.571	4,62%	-49,34%	(14.591)
	1.058.909	335,65%	1.500.864	234,30%	-29,45%	(441.955)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	0,00%	(124.099)	-19,37%	-100,00%	124.099
Pagamento de processos judiciais e outros riscos	(72.100)	-22,85%	(75.551)	-11,79%	-4,57%	3.451
Pagamento com beneficiários pós-emprego	(9.984)	-3,16%	(10.182)	-1,59%	-1,94%	198
Pagamento de juros (dívidas e debêntures), deduzido dos juros capitalizados	(403.094)	-127,77%	(251.002)	-39,18%	60,59%	(152.092)
Pagamento de juros de instrumento derivativo	(29.822)	-9,45%	(133.906)	-20,90%	-77,73%	104.084
Pagamentos de juros de arrendamento	(5.159)	-1,64%	(9.121)	-1,42%	-43,44%	3.962
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	538.750	170,77%	897.003	140,03%	-39,94%	(358.253)
Atividades de investimentos:						
Adições para ativo contratual e imobilizado	(1.293.811)	-410,11%	(1.980.380)	-309,16%	-34,67%	686.569
Cauções e depósitos	12.254	3,88%	(868)	-0,14%	-1511,75%	13.122
Títulos e valores mobiliários	(11.025)	-3,49%	(6.252)	-0,98%	76,34%	(4.773)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(1.292.582)	-409,72%	(1.987.500)	-310,27%	-34,96%	694.918
Atividades de financiamentos:						
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures	3.091.531	979,96%	2.530.019	394,96%	22,19%	561.512
Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures (principal)	(2.018.178)	-639,72%	(1.277.103)	-199,37%	58,03%	(741.075)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(11.583)	-3,67%	(20.317)	-3,17%	-42,99%	8.734
Recebimentos de instrumento derivativo (principal)	(220.172)	-69,79%	(22.816)	-3,56%	864,99%	(197.356)
Parcelamento especial	-	0,00%	(436)	-0,07%	-100,00%	436
Dividendos pagos	(173.659)	-55,05%	(140.608)	-21,95%	23,51%	(33.051)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	667.939	211,72%	1.068.739	166,84%	-37,50%	(400.800)
Variação no caixa líquido da Companhia	(85.893)	-27,23%	(21.758)	-3,40%	294,77%	(64.135)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	182.558	57,87%	204.316	31,90%	-10,65%	(21.758)
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	96.665	30,64%	182.558	28,50%	-47,05%	(85.893)

Explicações das principais variações significativas das demonstrações dos fluxos de caixa:

- Redução nas linhas de “Juros e variações monetárias”: as variações são reflexo, principalmente, dos encargos pagos e da variação monetária ocorrida no período.
- Redução da linha de “Ativos e passivos financeiros setorial”: decorrente da redução na remuneração dos ativos e passivos financeiros setoriais registrados no período.
- Aumento da linha de “Atualização do ativo financeiro da concessão”: o aumento da atualização dos ativos financeiros da concessão registrados no período.
- Redução na linha de “PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores”: variação decorrente da amortização do valor devolvido aos consumidores no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, do saldo de PIS/COFINS sobre ICMS.
- Variação na linha de “Outros tributos compensáveis” e “Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores”: decorrente principalmente da compensação do PIS/COFINS em dezembro de 2023, reduzindo o crédito de PIS/COFINS sobre ICMS na base.
- Variação na linha de “Imposto de renda e contribuição social a pagar”: devido a uma maior compensação de IR/CSLL.
- Variação na linha de “Passivo financeiro setorial”: devido a redução de fornecimento PROINFA.
- Variação na linha de “Adições para ativo contratual e imobilizado”: Redução das adições de imobilizado relacionado a ativo de direito de uso e, também, aos ativos contratuais em curso.
- Variação na linha de “Pagamento de juros (dívidas e debêntures), deduzido dos juros capitalizados” e “Pagamento de juros de instrumento derivativo”: devido ao aumento de encargos em decorrência do aumento do CDI entre os períodos analisados.
- Variação na linha de “Captação de empréstimos e financiamentos”: Durante o exercício de 2023, foram feitas novas captações de dívidas com os bancos Scotiabank e Citibank, além da captação de mútuo com a EFI e a emissão de debêntures para financiar investimentos e capital de giro.
- Variação na linha de “Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures (principal)”: Foram feitas amortizações das dívidas e debêntures vincendas em 2023.

A seguir, os diretores comentam as variações significativas das contas de resultado.

Demonstrativo de Resultado Análise Vertical e Horizontal	Exercício findo em 31/12/2023		Exercício findo em 31/12/2022		Var. % 2023 x 2022
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	
Receita Bruta	11.792.710	100,00%	12.212.544	100,00%	-3,44%
Fornecimento de energia elétrica	8.175.573	69,33%	8.137.568	66,63%	0,47%
Ativos e passivos financeiros setoriais	568.607	4,82%	660.445	5,41%	-13,91%
Subvenção Baixa Renda	441.737	3,75%	295.596	2,42%	49,44%
Subvenção de recursos da CDE	229.851	1,95%	250.201	2,05%	-8,13%
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	516.608	4,38%	473.786	3,88%	9,04%
Receita de Construção	1.266.762	10,74%	1.958.301	16,04%	-35,31%
Venda de Energia Excedente - MVE	0	0,00%	70.591	0,58%	-100,00%
Marcação a mercado de ativo indenizável	401.356	3,40%	191.043	1,56%	110,09%
Outras Receitas	192.216	1,63%	175.013	1,43%	9,83%
Deduções da Receita	-3.169.416	-26,88%	-3.644.240	-29,84%	-13,03%
ICMS	-1.584.340	-13,43%	-1.872.677	-15,33%	-15,40%
COFINS	-659.888	-5,60%	-638.646	-5,23%	3,33%
PIS	-143.265	-1,21%	-138.653	-1,14%	3,33%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-68.570	-0,58%	-63.232	-0,52%	8,44%

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-697.463	-5,91%	-565.767	-4,63%	23,28%
Outros impostos e contribuições a receita	-16.841	-0,14%	-17.034	-0,14%	-1,13%
Encargos do consumidor - CCRBT	951	0,01%	-348.231	-2,85%	-100,27%
Receita Operacional Líquida	8.623.294	73,12%	8.568.304	70,16%	0,64%
Custo do Serviço / Despesa Operacional	-7.376.451	-62,55%	-7.343.362	-60,13%	0,45%
Custos e despesas não gerenciáveis	-4.237.203	-35,93%	-4.046.005	-33,13%	4,73%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-3.432.566	-29,11%	-3.330.380	-27,27%	3,07%
Encargos do uso do sistema de transmissão	-804.637	-6,82%	-715.625	-5,86%	12,44%
Custos e despesas gerenciáveis	-3.139.248	-26,62%	-3.297.357	-27,00%	-4,80%
Pessoal	-203.915	-1,73%	-162.434	-1,33%	25,54%
Material e Serviços de Terceiros	-799.107	-6,78%	-653.716	-5,35%	22,24%
Depreciação e Amortização	-509.986	-4,32%	-379.549	-3,11%	34,37%
Custos de Desativação de Bens	-52.674	-0,45%	-4.036	-0,03%	1205,10%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	-169.511	-1,44%	-113.124	-0,93%	49,85%
Perda de recebíveis de clientes	-28.280	-0,24%	-13.055	-0,11%	116,62%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-47.521	-0,40%	-21.848	-0,18%	117,51%
Custo de Construção	-1.266.762	-10,74%	-1.958.301	-16,04%	-35,31%
Outras Despesas Operacionais	-126.289	-1,07%	-75.208	-0,62%	67,92%
Receita de multas por impuntualidade de clientes	64.797	0,55%	83.914	0,69%	-22,78%
EBITDA	1.756.829	14,90%	1.604.491	13,14%	9,49%
EBIT	1.246.843	10,57%	1.224.942	10,03%	1,79%
Resultado Financeiro	-790.379	-6,70%	-420.390	-3,44%	88,01%
Receita Financeira	207.469	1,76%	353.147	2,89%	-41,25%
Renda de aplicação financeira	40.516	0,34%	29.930	0,25%	35,37%
Juros e atualização monetária sobre impuntualidade de clientes	64.402	0,55%	59.861	0,49%	7,59%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	37.391	0,32%	265.295	2,17%	-85,91%
Dívida - Marcação a Mercado	5.773	0,05%	0	0,00%	#DIV/0!
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	59.860	0,51%	0	0,00%	#DIV/0!
Outras receitas financeiras	7.412	0,06%	15.623	0,13%	-52,56%
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	-7.885	-0,07%	-17.562	-0,14%	-55,10%
Despesas financeiras	-999.108	-8,47%	-780.599	-6,39%	27,99%
Encargos de Dívidas e debêntures	-487.838	-4,14%	-272.881	-2,23%	78,77%
Encargos fundo de pensão	-8.552	-0,07%	-7.583	-0,06%	12,78%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	-67.198	-0,57%	-118.245	-0,97%	-43,17%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-42.350	-0,36%	-40.571	-0,33%	4,38%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	-148.487	-1,26%	-186.389	-1,53%	-20,33%
Atualização de Impostos, P&D/PEE	-16.703	-0,14%	-8.074	-0,07%	106,87%
Marcação a mercado de Dívida	-66.465	-0,56%	-28.380	-0,23%	n/a
Variações monetárias de Dívidas e debêntures	-79.857	-0,68%	-71.598	-0,59%	11,54%
Outras despesas financeiras	-81.658	-0,69%	-46.878	-0,38%	74,19%
Variações Cambiais	1.260	0,01%	7.062	0,06%	-82,16%
Variações cambiais - Empréstimos	114.799	0,97%	74.692	0,61%	53,70%
Variações cambiais - Instrumentos Financeiros de Hedge	-114.393	-0,97%	-69.885	-0,57%	63,69%
Outras Variações Cambiais	854	0,01%	2.255	0,02%	-62,13%

Lucro Antes dos Tributos e Participações	456.464	3,87%	804.552	6,59%	-43,26%
Tributos e Outros	-140.988	-1,20%	-163.982	-1,34%	-14,02%
IR e CSLL	-156.200	-1,32%	-242.964	-1,99%	-35,71%
Incentivo fiscal SUDENE	15.212	0,13%	78.982	0,65%	-80,74%
Lucro Líquido do Período	315.476	2,68%	640.570	5,25%	-50,75%

Comparativo do Resultado de 2023 x 2022

A Companhia encerrou o ano de 2023 com uma alta de 4,6% em relação à quantidade de consumidores efetivos faturados registrados em 2022. A alta observada no mercado cativo entre os períodos analisados está concentrada na classe residencial baixa renda e industrial. Tal alta é parcialmente atribuída ao crescimento orgânico da base de consumidores e ao efeito da resolução normativa 953/2021 da Aneel, que passou a vigorar em 2022, e tornou obrigatório a atualização cadastral e o enquadramento automático de clientes aptos a adesão em tal categoria. O mercado livre, que segue em tendência de crescimento, apresentou um aumento de 32,2% em relação ao total de consumidores livres efetivos faturados no mesmo período do ano anterior, reflexo da migração de clientes do mercado cativo e melhora do cenário econômico.

Em 2023 a Venda de energia no mercado cativo apresentou um incremento de 3,0% em comparação ao ano anterior, justificado pelas condições climáticas adversas registradas em 2022 que distorceu a análise, por outro lado um período de maiores temperaturas registradas ao longo de 2023, conseqüentemente, maior consumo. Cabe ressaltar que o crescimento se deu mesmo em um cenário de aumento significativo das instalações de painéis solares na região.

As melhorias observadas nos indicadores de qualidade são resultantes de ações complementares ao nosso plano de manutenção (poda, manutenção de defeitos), finalização do plano de automação (*self healing*) e finalização da migração da comunicação dos telecontroles para satélite. É importante pontuar que o período de chuva no estado do Ceará foi acima da média em 2022, assim como as rajadas de vento e descargas atmosféricas. Adicionalmente fizemos um forte trabalho na redução dos atendimentos improdutivos com foco na melhoria da eficiência no atendimento emergencial.

As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (acumulada em 12 meses) alcançaram 17,32% em 2023, um aumento de 1,39p.p. em relação às perdas registradas em 2022, de 15,93%. Essa variação é atribuída ao aumento da energia injetada, decorrente das altas temperaturas, acarretando maiores níveis de perdas técnicas. O plano de combate as perdas de energia da Enel Ceará mantém suas ações nos pilares de prevenção e recuperação da receita, principalmente com projetos de inspeções em clientes do grupo B e A, na recuperação de clientes cortados/auto religados e sem contrato ativo irregulares (operações do ciclo comercial), mapeamento e conexão de consumidores clandestinos. Com essas ações de recuperação de energia obteve-se um incremento no mercado faturado de 215 GWh de energia Follow UP e de 140 GWh de consumo não faturado, no ano 2023.

Com relação ao Demonstrativo de Resultado apresentado na tabela do item h, apresenta-se a seguir as explicações referentes às principais variações ocorridas entre 2022 e 2021.

Receita Operacional Líquida

No ano de 2023, a receita operacional líquida da Enel Distribuição Ceará apresentou um ligeiro aumento de 0,6% em relação ao ano de 2022. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional líquida da Companhia, em 2023, atingiu o montante de R\$ 7.356,5 milhões, alta de R\$ 746,5 milhões em relação à 2022, cujo montante foi de R\$ 6.610,0 milhões. O aumento da receita operacional líquida é resultado dos seguintes efeitos:

- Incremento de R\$ 39,0 milhões na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica em relação à 2022, devido a um maior consumo registrado no período tendo em vista a normalização das chuvas em todo estado e, aumento nas temperaturas.
- Aumento de R\$ 42,8 milhões na receita de uso da rede elétrica (consumidores livres-revenda), parcialmente explicado pelo aumento do consumo nesta classe;

O aumento na receita bruta no ano foi compensado pelos seguintes fatores:

- Redução de R\$ 91,8 milhões na rubrica de ativo e passivo financeiro setorial relacionada ao; (i) incremento de custos no período de 2023 combinado ao aumento da cobertura tarifária acarretando uma

redução da constituição da CVA; (ii) efeito de compra e venda no mercado de curto prazo em 2023 (sobrecontratação) e aumento do PLD médio, gerando uma redução na receita de mercado de curto prazo; (iii) alteração das cotas homologadas (CDE e PROINFA) para cada período gerando menores valores em constituição de CVA; e (iv) aumento dos montantes de constituição de PIS/COFINS conforme homologação tarifária para cada período.

- Redução na linha de Venda de Energia Excedente – MVE num montante de R\$ 70,6 milhões, como resultado, da não participação no mecanismo de venda MVE em 2023;
- Crescimento de R\$ 131,7 milhões na rubrica de Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, devido ao aumento das cotas de empréstimos em encargos setoriais (Empréstimo Conta Covid e Escassez Hídrica).
- Redução de R\$ 20,3 milhões na rubrica subvenção de recursos da CDE em 2023 frente ao mesmo período de 2022 devido a: (i) variação relacionada a redução das cotas mensais de subsídio; e (ii) maior descasamento entre os valores recebidos versus faturados no novo ciclo tarifário seja por aumento de consumo ou pelo aumento da base de clientes.

Deduções da Receita

As deduções da receita em 2023 totalizaram R\$ 3,2 bilhões, contra R\$ 3,6 bilhões em 2022, queda de 13% conforme detalhado abaixo:

- Redução de R\$ 349,2 milhões na rubrica Conta de Encargos do consumidor – CCRBT relacionada com as bandeiras tarifárias. No 1S22 prevaleceu a bandeira de escassez hídrica até meados de abril;
- Redução de R\$ 262,9 milhões no total de tributos no 2023 em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente na linha de ICMS incidente nas contas de energia elétrica (redução de R\$ 288,4 milhões);

Custo do Serviço/Despesa Operacional:

No acumulado do ano, os custos e despesas operacionais apresentaram um aumento marginal de 0,5% em comparação à 2022. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas operacionais da Companhia em 2023 alcançaram o montante de R\$ 6.109,7 milhões, alta de 13,5% ou R\$ 724,6 milhões em relação ao registrado no mesmo período no ano anterior, de R\$ 5.385,1 milhões. Este resultado reflete principalmente as seguintes variações:

- No ano de 2023 as despesas gerenciáveis apresentaram uma queda de R\$ 158,1 milhões (excluindo o efeito do custo de construção, houve um aumento nos custos e despesas gerenciáveis de R\$ 533,4 milhões). Esse incremento é explicado principalmente pelo: (i) aumento de R\$ 41,5 milhões na despesa de pessoal tendo em vista o projeto insourcing que visa a contratação de novos colaboradores, (ii) aumento de R\$ 135,4 milhões na linha de Material e Serviços de Terceiros em virtude dos ajustes de preços matriciais e reequilíbrios de preços dos contratos; (iii) aumento de R\$ 48,6 milhões na linha de custo de desativação de bens decorrentes de uma otimização no processo de baixas do ativo; (iv) aumento de R\$ 56,4 milhões na linha de Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa, devido ao aumento do envelhecimento da dívida; (v) Aumento de R\$ 130,4 milhões na linha de depreciação e amortização relacionado ao incremento na base de ativos da Companhia, em decorrência da revisão tarifária; (vi) Aumento de R\$ 25,7 milhões na linha de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhista decorrente de um volume maior de ações no período, principalmente em relação a ações trabalhistas e mercado; e (vii) Incremento de R\$15,2 milhões na rubrica perda de recebíveis de clientes em virtude do reconhecimento de perda definitiva – write off da dívida vencida há mais de 5 anos;
- Em 2023 houve um aumento nos custos e despesas não-gerenciáveis de R\$ 191,2 milhões em comparação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento de 4,7%, está relacionado ao aumento nas seguintes rubricas (i) Energia Elétrica comprada para revenda, em um montante de R\$ 102,2 milhões em função do aumento do volume de energia distribuída, e (ii) Encargos do uso do sistema de transmissão no valor R\$ 89,0 milhões.

EBITDA

O EBITDA da Enel Ceará no ano de 2023 atingiu o montante de R\$ 1.756,8 milhões, o que representa um incremento de R\$ 152,3 milhões em relação a 2022. A margem EBITDA da Companhia em 2023 foi de 20,4%, uma alta de 1,6 p.p. em relação ao mesmo período. A margem EBITDA ex-receita de construção da Companhia no semestre foi de 23,9%, representa uma queda de 0,4 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Resultado Financeiro

No acumulado do ano, o resultado financeiro apresentou uma despesa líquida de R\$ 790,3 milhões, montante 88,0% superior ao valor registrado em 2022 (R\$ 420,3 milhões), em decorrência de:

- Aumento de despesa líquida no montante de R\$ 162,1 milhões referente as rubricas de dívida (instrumento financeiro derivativo, variação monetária de dívidas e debêntures, encargos de dívidas e debêntures, dívida – marcação a mercado, variações cambiais – empréstimos e instrumentos financeiros de hedge) devido ao aumento do CDI (13,04% 2023 vs. 12,39% 2022), somado à um aumento no volume de empréstimos contratados entre os períodos analisados;
- Aumento líquido de despesa no montante de R\$ 176,8 milhões referente as rubricas de variação monetária de ativos e passivos financeiros setoriais impactada principalmente pela reversão do saldo da CVA, que se manteve passivo ao longo do ano de 2023.

Resultado Líquido

No ano de 2023, o resultado líquido da Enel Ceará foi positivo em R\$ 315,5 milhões, representando uma retração de R\$ 325,1 milhões em relação à 2022, explicado principalmente por (i) aumento na despesa financeira mencionado acima, e (ii) crescimento da linha de depreciação e amortização relacionado ao incremento na base de ativos da Companhia, em decorrência da revisão tarifária.

Endividamento e Liquidez

A dívida bruta da Companhia encerrou 2023 em R\$ 5.901 milhões, um incremento de R\$ 1.138 milhões em relação ao ano de 2022. A variação da dívida bruta deve-se, basicamente, as novas captações de dívidas para refinanciamento, investimentos e capital de giro no montante de R\$ 3.092 milhões, em conjunto com apropriação de juros e correção monetária no montante de R\$ 715 milhões, parcialmente compensados, por amortizações e pagamento de encargos ocorridos entre os períodos comparados, que alcançaram respectivamente R\$ 2.032 milhões e R\$ 623 milhões. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período ajuste positivo relacionado aos SWAPs de dívidas vigentes no valor de R\$ 12 milhões.

A Companhia encerrou 2023 com o custo médio da dívida no período de 13,57% a.a.

Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 100 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979, Nº 1.540, Nº 3.754 e Nº 647, no valor de até R\$ 2.150 milhões.

Classificação de Riscos (Rating)

Em 31 de agosto de 2023, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é composta essencialmente pelo faturamento do consumo de energia dos consumidores da área de concessão. A tarifa cobrada dos consumidores é definida anualmente pela ANEEL, sendo que quaisquer modificações nas regras vigentes para o setor ou na metodologia de cálculo das tarifas podem afetar a receita da Coelce. Além disso, o volume de energia faturado da base de clientes da Companhia reflete as mudanças na economia do Estado do Ceará (área de concessão da Coelce). Os Diretores entendem que o consumo e a demanda de energia elétrica na área de concessão e as tarifas de energia elétrica são fatores fundamentais que influenciam os resultados, uma vez que são diretamente dependentes do desempenho da economia. O consumo de energia apresenta forte correlação com a atividade econômica, produção industrial, nível de renda e disponibilidade de crédito e condições climáticas (principalmente no caso de temperaturas elevadas). Os mecanismos de reajustes e revisões das tarifas consideram variáveis macroeconômicas, principalmente a inflação, medida pelos índices IGP-M e IPCA. Estes indicadores, entre outros, também reajustam boa parte dos contratos de prestação de serviços da Companhia. Além destes indicadores, a evolução das taxas de juros impacta o resultado financeiro.

Os resultados das operações da Companhia são significativamente afetados por inúmeros fatores, inclusive: alteração nos custos da Companhia, incluído o preço de energia; alterações nas tarifas de energia que a Companhia poderá cobrar de seus clientes decorrente de revisão e reajustes tarifários homologados pela ANEEL; disponibilidade de energia para atendimento sem restrições ao mercado; condições econômicas no Brasil em geral e na área de concessão da Companhia mudanças na regulação e legislação do setor elétrico; resultados das disputas judiciais e contingências.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2023, a receita pelo Fornecimento de Energia Elétrica atingiu um montante de R\$ 8.218 milhões, representando um aumento de R\$ 39,0 milhões em relação a 2022, explicada parcialmente pelo aumento no volume de energia vendida no mercado cativo (10.082 GWh em 2023 versus 9.791 GWh em 2022), decorrente principalmente, das condições climáticas adversas em 2022 e um período de maiores temperaturas registradas ao longo de 2023.

O aumento observado na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica ocorreu principalmente devido a um maior consumo registrado no período de 2023 tendo em vista a normalização das chuvas em todo estado e, aumento nas temperaturas.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

As receitas da Companhia podem ser impactadas por oscilações no consumo e demanda de energia elétrica, e pelas tarifas de energia, reajustadas segundo os mecanismos previstos no Contrato de Concessão da Ampla e regulados pela ANEEL. Tais mecanismos preveem revisões tarifárias a cada cinco anos, em que as tarifas são calculadas visando o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, cobertura de seus custos e retorno sobre investimentos. Entre as revisões tarifárias, ocorrem reajustes tarifários anuais, que visam a repassar para as tarifas as variações nos custos não gerenciáveis da concessionária, e garantir o repasse da inflação.

Ademais, as receitas da Companhia podem ser impactadas por variações no mix de vendas em função do crescimento diferenciado entre as classes de consumo (residencial, comercial, industrial, rural e outras), que apresentam tarifas diferenciadas.

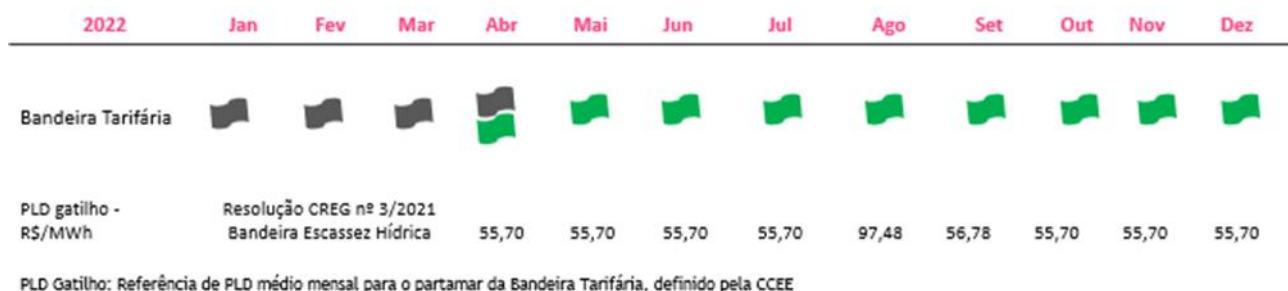
Além desses fatores, alterações no ambiente regulatório também podem impactar a receita da Companhia.













Bandeiras Tarifárias

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

- **Bandeira verde:** condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- **Bandeira amarela:** condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/07/22 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,989 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- **Bandeira vermelha:** condições mais custosas de geração. A partir de 01/07/22 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 6,5 (patamar 1) e R\$ 9,795 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As bandeiras tarifárias que vigoraram em 2023, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:



2023	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 14 de dezembro de 2021, a Resolução Homologatória n.º 2.994 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2022. O PLD máximo foi fixado em R\$ 646,58/MWh e o valor mínimo em R\$ 55,70/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2022.

Em 29 de dezembro de 2022, a Resolução Homologatória n.º 3.167 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2023. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.391,56/MWh e o valor mínimo em R\$ 69,04/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2023.

Em 19 de dezembro de 2023, a Resolução Homologatória n.º 3.304 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2024. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.470,57/MWh e o valor mínimo em R\$ 61,07/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2024.

Reajuste Tarifário 2023

Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 18 de abril, deliberou sobre a revisão tarifária periódica de 2023 a ser aplicado a partir de 22 de abril de 2023, Resolução Homologatória nº 3.185/2023. Em abril de 2023, a ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Periódica da Companhia com um índice de correção negativo de -0,46% composto por reajuste econômico de +2,71% e componente financeiro de -3,17%. No entanto, considerando o componente financeiro do último processo tarifário, +3,52%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +3,06%.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Além dos itens referentes aos volumes e mix de consumo e demanda de energia elétrica, e dos efeitos das variações das tarifas elencados no item 2.2. b, o resultado operacional da Companhia é influenciado pelo impacto da inflação e variação de preços de *commodities* sobre os custos e despesas operacionais da Companhia, notadamente com os custos de pessoal e com contratos de prestação de serviços e aquisição de materiais. A inflação e a taxa de juros afetam os negócios, essencialmente, pelo aumento dos custos operacionais e despesas financeiras devido aos encargos de algumas dívidas a serem corrigidos pela inflação e/ou estarem atrelados à taxa de juros básica.

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das características da fonte da energia comercializada. As oscilações nos preços da energia comprada e os encargos setoriais ambos homologados anualmente pela ANEEL são reconhecidos nas tarifas cobradas dos consumidores. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de inflação. A companhia possui um contrato de compra de energia bilateral, cuja tarifa tem entre seus índices de reajuste o dólar. Contudo, as variações da taxa de câmbio desse contrato também são reconhecidas nas tarifas de distribuição. Além disso, a Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida denominada em moeda estrangeira que não esteja totalmente coberta com instrumentos derivativos.

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 estão evidenciadas nas demonstrações financeiras e não resultaram em alterações materiais para a política contábil atualmente utilizada pela Companhia.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

A Diretoria informa que não houve opiniões modificadas, ressalvas e/ou ênfases nos pareceres dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional;

Não aplicável em razão da Companhia não ter introduzido ou alienado segmento operacional. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária;

Não aplicável em razão de não ter havido constituição, aquisição ou alienação de participação societária no período. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

c. eventos ou operações não usuais.

Não aplicável em razão de não ter havido eventos ou operações não usuais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

EBITDA

O EBITDA, também conhecido como LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Resolução da CVM n.º156, de 23 de junho de 2022, conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro líquido, acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelas receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social e por todos os montantes de depreciação e amortização. Como as receitas e despesas financeiras, depreciação e amortização não são incorporadas ao cálculo do EBITDA, este se apresenta como um indicador do desempenho econômico operacional obtido pela Companhia e que, portanto, não é afetado por: (i) flutuações nas taxas de juros, (ii) alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social, bem como (iii) pelos níveis de depreciação e amortização.

O EBITDA não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”) e nem para fins regulatórios, tampouco devem ser considerados isoladamente, ou como uma alternativas ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medidas de liquidez e não devem ser considerados como base para distribuição de dividendos. A seguir é demonstrado o valor do EBITDA para o último exercício social:

Medições não contábeis	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023
(R\$ mil, exceto %)	
EBITDA	1.756.829

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A seguir são apresentadas as reconciliações do lucro líquido para o EBITDA da Companhia para o último exercício social:

Reconciliação do lucro (prejuízo) para o EBITDA	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023
(em milhares de R\$)	
(=) Lucro (prejuízo) líquido	315.476
(+) Resultado financeiro	790.379
(+) Imposto de renda e contribuição social	30.785
(-) Imposto de renda e contribuição social	125.415
(-) Incentivo fiscal	(15.212)
(+) Depreciação e amortização	509.986
(=) EBITDA	1.756.829

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA é utilizado como medida de desempenho econômico operacional da Companhia pela administração da Companhia, por ser medida prática que melhor reflete a geração de caixa advinda dos resultados operacionais da Companhia. O EBITDA é informação adicional às demonstrações financeiras e não deve ser utilizado em substituição aos resultados auditados. O EBITDA não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelo IFRS, emitidas pelo IASB. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Eventos subsequentes às demonstrações financeiras apresentadas em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023:

Novos contratos de mútuo Enel Brasil

Com a necessidade de capital de giro, a Companhia captou 4 novos mútuos com a Enel Brasil, no montante total de R\$ 184.430, conforme detalhado a seguir:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantias
Mútuo Coelce - Enel BR XXI	40.302	10/01/2024	09/04/2024	Bullet	Bullet	CDI + 1,15%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXII	26.196	18/01/2024	17/04/2024	Bullet	Bullet	CDI + 1,15%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXIII	94.713	22/01/2024	22/04/2024	Bullet	Bullet	CDI + 1,15%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXIV	23.219	25/01/2024	25/04/2024	Bullet	Bullet	CDI + 1,15%	Capital de giro	N/A



2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2023
a. regras sobre retenção de lucros	<p>Cabe à assembleia geral da Companhia deliberar sobre retenção de lucros, nos termos da legislação aplicável e do estatuto social da Companhia.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2023, além das previsões de retenção de lucros contidas na Lei das S.A., o estatuto social da Companhia prevê a possibilidade de retenção lucro líquido, após distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, para formação de reserva de reforço de capital de giro, a qual não poderá exceder 100% do valor do capital subscrito.</p>
a.i. valores das retenções de lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foi destinado R\$ 211.475.633,07 para reserva de reforço de capital de giro.
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foi retido 67,0% para reserva de reforço de capital de giro da Companhia.
b. regras sobre distribuição de dividendos	Em 31 de dezembro de 2023, o estatuto social da Companhia previa que, pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A., fosse anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório, respeitados os seguintes percentuais previstos no estatuto social para as ações preferenciais (i) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 6% para as ações preferenciais classe A; e (ii) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 10% para as ações preferenciais classe B, calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral usualmente realizada nos primeiros quatro meses de cada ano. Nos termos do estatuto social da Companhia, os órgãos da administração <i>ad referendum</i> da Assembleia Geral, podem declarar dividendos intermediários, sob quaisquer das modalidades facultadas pelo art. 204 da Lei 6.404/76, mediante levantamento de balanço intermediário, sendo que os dividendos intermediários seriam deduzidos do montante dos dividendos ao encerramento de cada exercício social.



<p>d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</p>	<p>De acordo com os contratos de empréstimos internacionais 4131 emitidos pela Companhia, a Companhia não poderá efetuar declaração de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista em tais operações. Para mais informações a respeito dos referidos contratos financeiros, vide o item 2.1 (f) (iv) deste Formulário de Referência</p>
<p>e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</p>	<p>A Companhia possui uma Política de Destinação de Resultados a qual foi definida e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 23 de setembro de 2020. A Política de Destinação de Resultados pode ser encontrada no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e na página de relações com investidores da Companhia (https://ri.enel.com/publicacoes/politicas-e-codigos)</p>

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos*
- ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços*
- iii. contratos de construção não terminada*
- iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

Não aplicável, considerando que não há itens que não estão refletidos no balanço patrimonial que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante na condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital da Companhia no último exercício social.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não detém outros itens relevantes não evidenciados em suas demonstrações financeiras referentes ao último exercício social.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, visto que não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, visto que não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, visto que não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor,



explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

O plano de investimentos da Companhia está focado em projetos que visam atender o crescimento de mercado com a exigência de novas conexões.

Em 2023, os investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 1.061.284 milhões.

Investimentos na qualidade do serviço com ênfase em tecnologia e no combate as perdas de energia também estão entre as prioridades da Companhia, além do investimento em novas conexões.

Os investimentos previstos para o exercício de 2024 não estão aqui divulgados, uma vez que a Companhia não realiza divulgação de projeções para o mercado.

Segue abaixo os investimentos realizados referentes ao último exercício social:

Investimentos (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2023
Manutenção	393.201
Crescimento	118.947
Novas Conexões	1.061.284
Financiado pela Companhia	1.573.431
Financiado pelo Cliente	-
Total Investido	1.573.431

Nota: Visando padronizar a forma de divulgação dos investimentos das distribuidoras do Grupo, e consequentemente prezando pela transparência, a partir deste trimestre os valores das subcontas que estavam alocados na linha “outros” passam a compor as devidas rubricas de investimentos em Manutenção, Crescimento e Novas Conexões. A denominação padronizada de investimentos substitui a classificação anterior, dividida em: Novas Conexões, Rede e Outros. A adoção da denominação padronizada não traz prejuízo a análise, pelo contrário, torna mais evidente e fidedigna a alocação de recursos realizados pela Companhia.

ii. fontes de financiamento dos investimentos;

A geração de caixa oriunda das atividades da Coelce, é a principal fonte de recursos para suprir o custeio e os investimentos de sua operação.

Além da geração de fluxos de caixa próprio, a companhia busca também financiamentos subsidiados de bancos de fomento como BNDES e BNB, instituições de desenvolvimento como Eletrobrás, créditos de outras instituições financeiras e emissões de dívida no mercado de capitais para financiar seus investimentos.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não aplicável em razão de não estar, em andamento, desinvestimento relevante, bem como não haver previsão de desinvestimentos futuros.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor;

Não aplicável, considerando que não houve a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

**c. novos produtos e serviços, indicando:**

- iv. *descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;*
- v. *montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;*
- vi. *projetos em desenvolvimento já divulgados;*
- vii. *montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.*

Não aplicável, considerando não haver novos produtos e serviços em andamento.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia se consolida como uma empresa que busca o desenvolvimento sustentável, direcionando suas ações e investimentos sociais e ambientais de acordo com fundamentos e políticas como responsabilidade, confiança, inovação e proatividade.

Ao longo do ano de 2023 a Enel Distribuição Ceará realizou 136 projetos que beneficiaram mais de 644 mil pessoas, com um investimento de R\$ 38 milhões. Também foram gerados R\$ 6,6 milhões em renda extra para as comunidades, por meio dos projetos de empregabilidade e empreendedorismo.

Na esfera ambiental, a Companhia destina recursos, entre outros, em projetos e programas para prevenção da poluição e de emissões de GEE (Gases do Efeito Estufa), uso racional dos recursos hídricos, conservação da biodiversidade, gestão de resíduos, campanhas e treinamentos. Destinamos recursos, entre outros, em projetos e programas para prevenção da poluição e de emissões de GEE, uso racional dos recursos hídricos, conservação da biodiversidade, gestão de resíduos, campanhas e treinamentos. Em 2023, esses investimentos ambientais somaram R\$ 2,3 milhões.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.



Anexo II – Destinação do Lucro líquido

1. Informar o lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício 2023 (R\$)	315.476.397,25
---------------------------------------	----------------

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

	2023 (R\$)
Montante Global	75.097.226,13
Valor por Ação	0,96457437

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Percentual do lucro líquido do exercício distribuído	25%
--	-----

Para o cálculo de dividendos a distribuir, foi, subtraído o montante de R\$ 15.212.132,90 (quinze milhões, duzentos e doze mil, cento e trinta e dois reais e noventa centavos), relativo ao incentivo fiscal (SUDENE), e acrescido o montante de R\$ 124.640,17 (cento e vinte e quatro mil, seiscentos e quarenta reais e dezessete centavos), referente à reversão de dividendos prescritos, totalizando o lucro líquido ajustado passível de distribuição no montante de R\$ 300.388.904,52 (trezentos milhões, trezentos e oitenta e oito mil, novecentos e quatro reais e cinquenta e dois centavos) o qual propõe-se a destiná-lo da seguinte forma: pagamento de dividendos no valor de R\$ 75.097.226,13 (setenta e cinco milhões, noventa e sete mil, duzentos e vinte e seis reais e treze centavos), correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) do total do lucro líquido ajustado.

O saldo, no valor de R\$ 225.291.678,39 (duzentos e vinte e cinco milhões, duzentos e noventa e um mil, seiscentos e setenta e oito reais e trinta e nove centavos), reduzido pelo valor de R\$13.816.045,32 (treze milhões, oitocentos e dezesseis mil, quarenta e cinco reais e trinta e dois centavos), correspondente ao resultado de benefício pós-emprego (ganho atuarial), totalizando R\$211.475.633,07 (duzentos e onze milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, seiscentos e trinta e três reais e sete centavos), propõe-se que seja destinado à reserva de reforço de capital de giro da Companhia, nos termos do art. 28, II, d, do Estatuto Social. Considerando que após a destinação acima, o saldo das reservas de lucros ultrapassará o limite que trata o artigo 199 da Lei 6.404/76, será proposta a convocação de Assembleia Geral Extraordinária, conforme item (iii) da Ordem do Dia, para deliberar sobre a capitalização parcial do saldo da reserva de reforço de capital de giro, no valor de R\$106.000.000,00 (cento e seis milhões de reais).

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

A proposta não contempla distribuição de dividendos com base em lucros anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe



Natureza	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais classe A	Ações Preferenciais classe B
Dividendos	R\$ 0,96457437	R\$ 0,96457437	R\$ 0,96457437

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

O pagamento dos dividendos deverá ser realizado até 31 de dezembro de 2024.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não há incidência de atualização e juros sobre os dividendos.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

30 de abril de 2024.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não há montante de dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

Não há montante de dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2022 (R\$)	2022 (R\$)	2021 (R\$)
Lucro Líquido	315.476.397,25	640.570.410,49	488.586.722,95
Lucro Líquido por Ação	4,05208502	8,22770471	6,27557442
Lucro Líquido por Ação Ordinária	4,05208502	8,22770471	6,27557442
Lucro Líquido por Ação Preferencial A	4,05208502	8,22770471	6,27557442
Lucro Líquido por Ação Preferencial B	4,05208502	8,22770471	6,27557442

b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2023 (R\$)	2022 (R\$)	2021 (R\$)
Montante Global	75.097.226,13	160.975.710,17	131.308.888,01
Valor por Ação	0,96457437	2,06762690	R\$ 1,68657612

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado à reserva legal



Não houve destinação de montante à reserva legal, tendo em vista o disposto no § 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76.

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Não houve destinação de montante à reserva legal, tendo em vista o disposto no § 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Conforme previsto no Estatuto Social da companhia, são asseguradas as ações preferenciais prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 6% (seis por cento) para as da Classe A e 10% (dez por cento) para as de classe B, calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

O lucro líquido passível de distribuição do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não há parcela não paga. Eventual parcela não paga seria não cumulativa.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Dividendos Mínimo Obrigatório (25 %) ref. Lucro de 2023	Valor (R\$)
Ordinária	46.365.100,14
Preferencial A	27.251.830,36
Preferencial B	1.480.295,63

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Dividendos Mínimo por Ação	Valor (R\$)
Ordinária	0,96457437
Preferencial A	0,96457437
Preferencial B	0,96457437

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O Estatuto Social da companhia prevê, em seu artigo 29, (b) a distribuição de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, para pagamento de dividendos aos acionistas, respeitados os percentuais previstos no Estatuto para as ações preferenciais.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente



O montante distribuído de dividendos será superior ao mínimo previsto no Estatuto Social da companhia.

c) Informar o montante eventualmente retido

Não há retenção de dividendos. A companhia está pagando percentual superior ao dividendo mínimo.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a) Informar o montante da retenção

Não aplicável, pois não há retenção de dividendo obrigatório.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável, pois não há retenção de dividendo obrigatório.

c) Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável, pois não há retenção de dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a) Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

c) Explicar por que a perda foi considerada provável

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

d) Justificar a constituição da reserva

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de lucros a realizar.

b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O artigo 28, (ii), d) do Estatuto Social estabelece uma reserva de reforço de capital de giro. É destinado para essa reserva eventual lucro não distribuído por deliberação da Assembleia Geral, conforme disposto no Estatuto.

b) Identificar o montante destinado à reserva

R\$ 211.475.633,07 (duzentos e onze milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, seiscentos e trinta e três reais



e sete centavos), será destinado a reserva de reforço de capital de giro.

c) Descrever como o montante foi calculado

O saldo do lucro a destinar, no valor de R\$ 225.291.678,39 (duzentos e vinte e cinco milhões, duzentos e noventa e um mil, seiscentos e setenta e oito reais e trinta e nove centavos), reduzido pelo valor de R\$ 13.816.045,32 (treze milhões, oitocentos e dezesseis mil, quarenta e cinco reais e trinta e dois centavos), correspondente ao resultado de benefício pós-emprego (ganho atuarial), totaliza R\$ 211.475.633,07 (duzentos e onze milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, seiscentos e trinta e três reais e sete centavos), o qual propõe-se que seja destinado à reserva de reforço de capital de giro da Companhia, nos termos do art. 28, II, d, do Estatuto Social.

Considerando que após a destinação acima, o saldo das reservas de lucros ultrapassará o limite que trata o artigo 199 da Lei 6.404/76, será proposta a capitalização parcial do saldo da reserva de reforço de capital de giro, no valor de R\$106.000.000,00 (cento e seis milhões de reais) em AGE a ser realizada na mesma data da AGO.

	31.12.2023
Lucro do exercício	315.476
(-) Incentivo fiscal – SUDENE	(15.212)
(+) Reversão de dividendos prescritos	125
Lucro ajustado	300.389
Dividendo mínimo obrigatório	(75.097)
Lucro a destinar	225.292
Outros resultados abrangentes (benefícios pós-emprego)	(13.816)
Reserva reforço de capital de giro	211.476

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a) Identificar o montante da retenção

Não aplicável, pois a companhia não retém lucros para reserva de capital.

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável, pois a companhia não retém lucros para reserva de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a) Informar o montante destinado à reserva

O valor de R\$15.212.132,90 (quinze milhões, duzentos e doze mil, cento e trinta e dois reais e noventa centavos) será destinada à reserva de Incentivo Fiscal.

b) Explicar a natureza da destinação

A Companhia goza de incentivos fiscais (benefício SUDENE) com redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente às suas atividades de distribuição até o ano-base de 2025.



Anexo III – Item 8 do Formulário de Referência (Remuneração da Administração)

Artigo 13 da instrução CVM nº 81/2022 – informações sobre remuneração dos administradores na forma do item 8 do formulário de referência da companhia

8. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia nota que, embora não possua uma política de remuneração formalmente aprovada, adota práticas de remuneração em linha com o previsto na legislação aplicável e orientações gerais do grupo Enel. Adicionalmente, as práticas de remuneração são estipuladas considerando, para cada cargo, conhecimentos exigidos, complexidade e das atividades e resultados específicos.

As práticas de remuneração se aplicam aos Diretores Estatutários, Diretores não Estatutários, membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal e aos demais colaboradores da Companhia.

Em linha com o disposto no artigo 152 da Lei das S.A., a aprovação da remuneração global e individual da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração é de competência da Assembleia Geral.

Adicionalmente, a Companhia nota que a remuneração do Conselho Fiscal observará o previsto na legislação aplicável.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O processo decisório relacionado às práticas de remuneração dos administradores da Companhia é de responsabilidade da Assembleia Geral.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração da Companhia segue as práticas com base em pesquisas de mercado e alinhamentos ao grupo. A Companhia Energética do Ceará visa atrair e reter profissionais competentes e qualificados para as funções previstas.

Para a definição dos valores alvos de remuneração individual, seja ela variável ou fixa, a Companhia utiliza uma metodologia que mensura a importância e a complexidade dos trabalhos relativos aos resultados esperados para o determinado cargo. Além disso, a Companhia utiliza pesquisas para comparação das práticas internas com as práticas utilizadas pelo mercado. Essas pesquisas levam em consideração a participação de um grupo de empresas que são selecionadas a partir dos seguintes critérios:

- empresas que atuam no mesmo setor;
- empresas estruturadas, com processos claros e critérios definidos para gestão de remuneração e de pessoas;
- e
- empresas em regiões competitivas.

As pesquisas são realizadas por consultorias certificadas e reconhecidas. A coordenação do processo de análise



e aplicação dos resultados práticos internamente é realizada pela área de pessoas e organização.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui política de remuneração formalmente aprovada.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

Conselho de Administração

Remuneração Fixa:

Os membros do Conselho de Administração fazem jus a remuneração fixa mensal, cujo valor tem como objetivo reconhecer o valor do tempo e dedicação dos respectivos conselheiros, com base em suas contribuições na realização de seus serviços para o melhor desempenho e o crescimento dos negócios da Companhia. Vale notar que para o ano de 2020 a remuneração era paga de acordo com a participação em reuniões.

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa:

Salário nominal, também definido como a remuneração fixa, pago mensalmente pela posição que ocupam, cuja fixação, pela Assembleia Geral leva em consideração o tempo e a dedicação do Diretor, bem como sua experiência e contribuição para o desempenho e o crescimento dos negócios da Companhia.

Remuneração Variável:

A remuneração variável dos Diretores Estatutários consiste no pagamento de bônus de curto prazo (pago anualmente) e bônus de longo prazo (pagamento em 3 anos e elegibilidade conforme definido em regulamento interno da companhia), com base em metas corporativas e individuais, e tem por objetivo compartilhar os riscos e os resultados do negócio com os Diretores Estatutários, alinhando os interesses da estratégia da Companhia aos de seus Diretores, e reconhecer seu desempenho ao longo do ano.

Benefícios:

A Companhia oferece à seus Diretores Estatutários benefícios, tais como: (a) assistência médico-hospitalar; (b) assistência odontológica; (c) seguro de vida; (d) previdência complementar; (e) check-up médico; e (f) veículo designado para cargos de alta liderança, com objetivo de atender às práticas usualmente vistas em empresas no mercado em geral.

Diretoria Não Estatutária

Remuneração Fixa:

Salário nominal, também definido como a remuneração fixa, pago mensalmente pela posição que ocupam, cuja fixação, pela Assembleia Geral leva em consideração o tempo e a dedicação do Diretor, bem como sua experiência e contribuição para o desempenho e o crescimento dos negócios da Companhia.

Remuneração Variável:

A remuneração variável dos Diretores não Estatutários consiste no pagamento de bônus de curto prazo pago anualmente com base em metas corporativas e individuais, e tem por objetivo compartilhar os riscos e os resultados do negócio com os Diretores não Estatutários, alinhando os interesses da estratégia da Companhia aos de seus Diretores, e reconhecer seu desempenho ao longo do ano.



Benefícios:

A Companhia oferece aos seus Diretores não Estatutários benefícios, tais como: (a) assistência médico-hospitalar; (b) assistência odontológica; (c) seguro de vida; (d) previdência complementar; (e) check-up médico; e (f) veículo designado para cargos de alta liderança, com objetivo de atender às práticas usualmente vistas em empresas no mercado em geral.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho de Administração fazem jus a remuneração fixa mensal, cujo valor tem como objetivo reconhecer o valor do tempo e dedicação dos respectivos conselheiros, com base em suas contribuições na realização de seus serviços para o melhor desempenho e o crescimento dos negócios da Companhia. Vale notar que para o ano de 2020 a remuneração era paga de acordo com a participação em reuniões.

A remuneração do Conselho Fiscal observa os requisitos legais aplicáveis.

Comitês

A Companhia não possui comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração instalados. Quando instalados, caberá ao Conselho de Administração definir a composição da remuneração dos órgãos.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 (três) últimos exercícios sociais**

Para a Diretoria Estatutária da Companhia a proporção de cada elemento na remuneração total é a seguinte, por exercício social:

Diretoria Estatutária	Exercício social encerrado 31 de dezembro		
	2023	2022	2021
Salário Base/ Pro Labore	65%	61%	61%
Bônus	33%	37%	37%
Benefícios Diretos e Indiretos	2%	2%	3%
Outros	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%

Para a Diretoria Não Estatutária da Companhia a proporção de cada elemento na remuneração total é a seguinte, por exercício social:

Diretoria Não Estatutária	Exercício social encerrado 31 de dezembro		
	2023	2022	2021
Remuneração fixa	70%	77%	78%
Remuneração variável	28%	20%	19%
Benefícios	2%	3%	3%
Total	100%	100%	100%



Conselho de Administração	Exercício social encerrado 31 de dezembro		
	2023	2022	2021
Remuneração por Participação em Reuniões	0%	0%	0%
Salário Base	100%	100%	100%
Total	100%	100%	100%

Conselho Fiscal	Exercício social encerrado 31 de dezembro		
	2023	2022	2021
Remuneração por Participação em Reuniões	0%	0%	0%
Salário Base	100%	100%	100%
Total	100%	100%	100%

A Companhia não possui comitês instalados ou estruturas organizacionais assemelhadas da Companhia, mesmo que não estatutários, que remunerem seus membros.

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

Para a Diretoria Estatutária, não Estatutária e conselhos de Administração e Fiscal, a metodologia de cálculo para o reajuste da remuneração é proposta pela Diretoria de Pessoas e Organização seguindo práticas do acionista controlador, considerando os índices de inflação do ano anterior, o posicionamento do profissional no mercado, a equidade interna e o desempenho do executivo e submetida à aprovação da Assembleia Geral.

Adicionalmente a Companhia realiza periodicamente pesquisas salariais para garantir alinhamento com as melhores referências de mercado disponíveis e para manter a competitividade de sua estratégia de remuneração fixa e variável de curto e longo prazo. Estas pesquisas consideram amostra de empresas de porte semelhante ao da Companhia.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A remuneração variável da Diretoria Estatutária, Diretoria não Estatutária é baseada em indicadores de desempenho de cunho econômico-financeiro relacionados à lucratividade do negócio da Companhia, medido por exemplo através do EBIT (lucro antes de juros e imposto de renda) e lucro líquido; geração de caixa, através do fluxo de caixa operacional (FFO) e o nível de despesas operacionais (OPEX), entre outros.

Ademais, na definição da remuneração variável da Diretoria Estatutária e da Diretoria não Estatutária, também são considerados aspectos relacionados à métricas ASG, tais como indicadores relacionados à segurança do trabalho, que abrange tópicos como frequência de acidentes de trabalho e ocorrências de fatalidades, em conformidade com indicadores incluídos no framework do GRI (Global Reporting Initiative).

A Companhia nota que, indicadores referentes à projetos específicos relacionados as áreas de atuação dos Diretores Estatutários também podem vir a compor a respectiva remuneração variável. Tais indicadores compõem o MBO (Management by Objectives) da Companhia. De acordo com o conceito deste programa, cada indicador de desempenho possui uma meta específica, onde existe um percentual mínimo de atingimento.

As metas individuais são definidas a nível global e desdobradas para os membros da Diretoria Estatutária, não estatutária. Os indicadores de desempenho são verificados através do acompanhamento de assuntos correlatos, no mínimo bimestralmente, quando ocorre a Reunião do Conselho de Administração presidida pela Diretoria Estatutária. A avaliação de atingimento é realizada anualmente pela Holding do Grupo.



ii. razões que justificam a composição da remuneração

Os elementos que compõem a remuneração levam em conta as práticas de mercado, legislação e diretrizes do acionista controlador, a fim de garantir maior atratividade e retenção de renomados administradores para a Companhia.

A partir dos resultados de pesquisas elaboradas com base em salários regionais, empresas de faturamento similar ou ramo de atividade, avalia-se a adequação da remuneração de cada membro às estruturas de faixas salariais de acordo com o cargo exercido.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente, os membros do Conselho de Administração que são indicados pelo controlador da Companhia renunciaram integralmente ao recebimento de remuneração relativa ao exercício de suas funções na Companhia.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Parte da Diretoria da Companhia possui remuneração (fixa e variável) suportada pelo acionista controlador.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de eventos societários.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	11	3	23
Nº de membros remunerados	3	11	3	17
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	448.200	8.806.562,91	303.278,56	9.558.041,47
Benefícios direto e indireto	0	1.329.292,51	0	1.329.292,51
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0	6.480.301,01	0	6.480.301,01
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0



Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0	0
Observação				
Total da remuneração	448.200	16.616.156,43	303.278,56	17.367.634,99

Remuneração total do Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	11	3	23
Nº de membros remunerados	2	3	3	8
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	240.926,00	3.966.022,46	243.597,24	4.450.545,70
Benefícios direto e indireto	0	123.564,12	0	123.564,12
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0	1.569.122,85	0	1.569.122,85
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0	0
Observação				
Total da remuneração	240.926,00	5.658.709,43	243.597,24	6.143.232,67


Remuneração total do Exercício Social corrente 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	10,75	3,00	21,75
Nº de membros remunerados	2,00	4,00	3,00	9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	341.980,61	3.567.041,72	0	3.909.022,33
Benefícios direto e indireto	0	119.002,71	0	119.002,71
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0	2.200.658,77	0	2.200.658,77
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	243.597,24	243.597,24
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0	0
Observação				
Total da remuneração	341.980,61	5.886.703,20	243.597,24	6.472.281,05

Remuneração total do Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,75	8,42	3,00	20,17
Nº de membros remunerados	3,00	4,00	3,00	10
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	323.912,26	3.575.455,16	0	3.899.367,42
Benefícios direto e indireto	0	146.497,21	0	146.497,21
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0	2.147.059,00	0	2.147.059,00



Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	194.680,64	194.680,64
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0	0
Observação				
Total da remuneração	323.912,26	5.869.011,37	194.680,64	6.387.604,27

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

b. número total de membros

c. número de membros remunerados

d. em relação ao bônus:

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

e. em relação à participação no resultado:

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (31.12.2024)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	9	11	3	22
Número de membros remunerados	0	11	0	11
Bônus:				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	7.776.361,21	0,00	7.776.361,21
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	6.480.301,01	0,00	6.480.301,01
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00



Remuneração variável para o exercício social 31.12.2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	9	11	3	23
Número de membros remunerados	0	3	0	3
Bônus:				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1.569.122,85	0,00	6.171.715,25
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1.300.405,15	0,00	6.171.715,25
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	1.569.122,85	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração variável para o exercício social 31.12.2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	8,00	10,75	3,00	21,75
Número de membros remunerados	0	4,00	0,00	4,00
Bônus:				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2.244.671,95	0,00	2.244.671,95
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1.870.559,96	0,00	1.870.559,96
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	2.200.658,77	0,00	2.200.658,77
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração variável para o exercício social 31.12.2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	8,75	8,42	3,00	20,17
Número de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Bônus:				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00



Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2.197.896,23	0,00	2.197.896,23
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1.831.580,19	0,00	1.831.580,19
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	2.147.059,00	0,00	2.147.059,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, no último exercício social e, atualmente, não possui, plano de remuneração baseado em ações.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, nos últimos 3 (três) exercícios sociais e, atualmente, não possui, plano de remuneração baseado em ações.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, nos últimos 3 (três) exercícios sociais e, atualmente, não possui, plano de remuneração baseado em ações.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, no último exercício social plano de remuneração baseado em ações.

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, nos últimos 3 (três) exercícios sociais plano de remuneração baseado em ações.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, nos últimos 3 (três) exercícios sociais e, atualmente,



não possui, plano de remuneração baseado em ações.

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, nos últimos 3 (três) exercícios sociais e, atualmente, não possui, plano de remuneração baseado em ações.

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, nos últimos 3 (três) exercícios sociais e, atualmente, não possui, plano de remuneração baseado em ações.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, nos últimos 3 (três) exercícios sociais e, atualmente, não possui, plano de remuneração baseado em ações.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

	31 de dezembro de 2023		
	Conselho de Administração*	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
De Emissão da Própria Companhia	0	0	0
Ações Ordinárias	0	0	0
Ações Preferenciais Classe A	3,00	0	3.001
Ações Preferenciais Classe B	0	0	0

* Para o Conselho de Administração se considera tanto os membros efetivos como os suplentes

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Exercício social findo em 31/12/2023		
a) Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
b) Número de membros	11	9,00
c) Número de membros remunerados	3,00	2,00
d) Nome do plano	Plano de Benefícios Definidos – Plano BD e Plano de Contribuição Definida – Plano CD	N/A
e) Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	3,00	N/A



f) Condições para se aposentar antecipadamente	No Plano de Benefícios Definidos o participante pode aposentar-se pelo plano desde que tenha, no mínimo, 50 anos de idade; 30 anos de contribuição para o INSS, se homem, e 25 anos, se mulher; 15 anos de filiação ao Plano e esteja desligado do empregador; No Plano de Contribuição Definida pode aposentar-se desde que tenha, no mínimo, 10 anos de vínculo com o empregador; 5 anos de filiação ao Plano; idade mínima de 48 anos, se mulher, e 50, se homem, e estar desligado do patrocinador.	N/A
g) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 143.749,06	N/A
h) Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 2.165.108,93	N/A
i) se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	O resgate é permitido em ambos os Planos, entretanto no Plano BD o participante só terá direito ao total de contribuições vertidas pelo próprio, enquanto no Plano CD, além de resgatar 100% das suas contribuições, o participante tem direito a uma parcela das contribuições efetuadas pelo empregador. O resgate só é permitido após o desligamento da patrocinadora (COELCE).	N/A

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/23	31/12/22	31/12/21	31/12/23	31/12/22	31/12/21	31/12/23	31/12/22	31/12/21
Nº de membros	11,00	10,75	8,42	9,00	8,00	8,75	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	3,00	4,00	4,00	2,00	2,00	2,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração Real	2.185.785,25	2.532.205,89	600.083,54	120.926,00	170.990,31	107.970,75	81.199,08	58.367,04	64.893,55



Valor da menor remuneração Real	1.256.794,90	1.322.558,36	902.104,41	120.000,00	170.990,31	107.970,75	81.199,08	58.367,04	64.893,55
Valor médio da remuneração Real	1.886.236,48	1.471.675,80	1.467.252,84	120.463,00	170.990,31	107.970,75	81.199,08	58.367,04	64.893,55

Observações:

2023

Diretoria Estatutária: A maior remuneração da Diretoria foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado dos exercícios com exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.

Conselho de Administração: A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado dos exercícios com exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.

Conselho Fiscal: A maior remuneração do Conselho Fiscal foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho Fiscal foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado dos exercícios com exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho Fiscal dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.

2022

Diretoria Estatutária: A maior remuneração da Diretoria foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado dos exercícios com exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.

Conselho de Administração: A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado dos exercícios com exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.

Conselho Fiscal: A maior remuneração do Conselho Fiscal foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho Fiscal foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado dos exercícios com exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho Fiscal dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.

2021

Diretoria Estatutária: A maior remuneração da Diretoria foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado [considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado dos exercícios com exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.



Conselho de Administração: A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício com exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.

Conselho Fiscal: A maior remuneração do Conselho Fiscal foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho Fiscal foi apurado [considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício com exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho Fiscal dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração e/ou indenização para administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	Exercício 2021	Exercício 2022	Exercício 2023	Exercício corrente
Diretoria Estatutária	63%	63%	22%	22%
Conselho de Administração	0%	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável, tendo em vista que não houve, nos 3 últimos exercícios sociais, e não há previsão, para o exercício social corrente, de nenhum pagamento aos administradores decorrentes de serviços prestados que divergem das funções por eles ocupadas.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não houve, nos 3 últimos exercícios sociais, valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controlada da Companhia, como remuneração de membros do Conselho Fiscal, bem como não há previsão para o exercício social corrente.



Os valores indicados referem-se a remuneração paga a Diretores Estatutários e Conselheiros de Administração por controladores diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, pelo exercício de cargo de administração em outras sociedades do grupo.

Conselho de Administração	2021	2022	2023	Previsto para 2024
Controladores Diretos e Indicadores				
Fixa	1.037.075,95	1.080.070,78	3.016.475,24	3.016.475,24
Variável	1.364.650,73	-	606.778,52	606.778,52
Diretoria Estatutária				
Controladores Diretos e Indicadores				
Fixa	1.461.080,48	3.731.758,46	6.255.966,12	6.255.966,12
Variável	1.676.334,01	1.809.798,52	2.988.375,65	2.988.375,65
Sociedades sob Controle Comum				
Fixa	2.260.871,89	2.705.513,06	622.674,42	0
Variável	470.724,99	1.126.778,84	0	0

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante relacionada à esta seção 8.



**Anexo IV – Informações relativas ao membro do Conselho de Administração
Itens 7.3 a 7.6**

7.3 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma detabela:

- a) nome
- b) idade
- c) profissão
- d) CPF ou número do passaporte
- e) cargo eletivo ocupado
- f) data de eleição
- g) data da posse
- h) prazo do mandato
- i) outros cargos ou funções exercidas no emissor
- j) indicação se foi eleito pelo controlador ou não
- k) se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência
- l) número de mandatos consecutivos
- m) informações sobre:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome e setor de atividade da empresa
- cargo
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor

n) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- i. qualquer condenação criminal
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer



Conselho de Administração

Nome	Idade	Profissão	CPF / Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos ou Funções exercidas no Emissor	Indicar se foi eleito pelo Controlador	Membro Independente	Critério Utilizado pelo emissor para determinar a independência	Número de mandatos consecutivos
Antonio Scala	44	Administrador	012.767.648-12	Membro Titular do Conselho de Administração	30/04/2024	30/04/2024	30/04/2025	Não há	Sim	Não	N/A	0

Nome	Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos	Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Qualquer condenação criminal	Qualquer condenação em processo administrativo da CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas	Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de um a atividade profissional ou comercial qualquer	Outros Cargos ou Funções Exercidas no Emissor
Antonio Scala	<p>Possui profunda experiência em negócios de energia em toda a cadeia de valor, tendo ocupado vários cargos em diversos segmentos que vão desde soluções digitais, planejamento e controle, gestão de riscos até gestão geral com total responsabilidade pelo EBITDA. Formou-se em Administração de Empresas em 2002 em Roma. Iniciou sua carreira na Gucci, posteriormente ingressou na McKinsey & Company onde trabalhou por 5 anos com forte foco no mercado de eletricidade e gás e em finanças corporativas.</p> <p>Ingressou no Grupo Enel em 2009, ocupando o cargo de Head of Risk Management até o final de 2023, quando então assumiu o cargo de CEO do Grupo Enel no Brasil.</p>	N/A	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	N/A



7.3 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Não aplicável visto que será o primeiro mandato do Conselheiro mencionado no item 7.3, caso eleito.

7.4 Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável, visto que o candidato ao Conselho de Administração mencionado no item 7.3 não faz parte de comitês ou outras estruturas da Companhia.

7.5 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

Não há

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não há

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não há

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não há

7.6 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social

Não há.

b. controlador direto ou indireto do emissor

Não há.



c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não há.



Anexo V – Aprovação da realização do aumento de capital da Companhia

Nos termos previstos do artigo 15 da Resolução CVM 81 de 2022, com redação dada pela Resolução CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021.

a) Informar valor do aumento e do novo capital social

R\$106.000.000,00 (cento e seis milhões de reais) – aumento do capital social.

R\$ 1.388.346.885,77 (um bilhão, trezentos e oitenta e oito milhões, trezentos e quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos) – novo capital social.

b) Informar se o aumento será realizado mediante: (a) conversão de debêntures ou outros títulos de dívida em ações; (b) exercício de direito de subscrição ou debônus de subscrição; (c) capitalização de lucros ou reservas; ou (d) subscrição de novas ações

Capitalização de lucros ou reservas.

c) Explicar, pormenorizadamente, as razões do aumento e suas consequências jurídicas e econômicas

Considerando que o saldo das reservas de lucros, após a proposta de destinação do lucro deliberada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de fevereiro de 2023, ultrapassará o limite que trata do artigo 199 da Lei 6.404/76, a Companhia propõe que seja deliberado em Assembleia Geral Extraordinária sobre a capitalização parcial do saldo da reserva de reforço de capital de giro, no valor R\$106.000.000,00 (cento e seis milhões de reais).

d) Fornecer cópia do parecer do conselho fiscal

Não aplicável.

e) Em caso de aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas

- **Informar se implicará alteração do valor nominal das ações, caso existente, ou distribuição de novas ações entre os acionistas**

Não implicará em alteração do valor nominal das ações da Companhia.

- **Informar se a capitalização de lucros ou reservas será efetivada com ou sem modificação do número de ações, nas companhias com ações sem valornominal**

Sem modificação do número de ações da Companhia.

f) Informar o prazo previsto no § 3º do art. 169 da Lei 6.404, de 1976

Não aplicável.



Anexo VI – Aprovação da modificação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEA-Á - COELCE
Companhia aberta
CNPJ N.º 07.047.251/0001-70
NIRE N.º 23300007891

O Conselho de Administração da **Companhia Energética do Ceará - COELCE** (“Coelce” ou “Companhia”) submete aos acionistas da Companhia a proposta da administração sobre a matéria que será deliberada na Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 30 de abril de 2024, nos termos a seguir expostos:

Proposta da administração para alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social.

Nos termos do previsto nos incisos I e II do artigo 12 da Resolução CVM 81/2022, a Administração apresenta a proposta de redação do caput do artigo 5º do estatuto social atual, demonstrando, em destaque, as alterações propostas, bem como, as respectivas justificativas:

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
CAPÍTULO II - DO CAPITAL E DAS AÇÕES	CAPÍTULO II - DO CAPITAL E DAS AÇÕES	Sem alteração.
ARTIGO 5º - O Capital Social é de R\$1.282.346.885,77 (um bilhão, duzentos e oitenta e dois milhões, trezentos e quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos), constituído por 77.855.299 (setenta e sete milhões, oitocentas e cinquenta e cinco mil, duzentas e noventa e nove) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 48.067.937 (quarenta e oito milhões, sessenta e sete mil, novecentas e trinta e sete) ações ordinárias e 29.787.362 (vinte e nove milhões, setecentas e oitenta e sete mil, trezentos e sessenta e duas) ações preferenciais, estas divididas em duas classes: 28.252.700 (vinte e oito milhões, duzentas e cinquenta e duas mil e setecentas) ações preferenciais “Classe A” e 1.534.662 (um milhão, quinhentas e trinta e quatro mil, seiscentas e vinte e duas) ações preferenciais “Classe B”.	ARTIGO 5º - O Capital Social é de R\$ R\$ 1.388.346.885,77 (um bilhão, trezentos e oitenta e oito milhões, trezentos e quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos) , constituído por 77.855.299 (setenta e sete milhões, oitocentas e cinquenta e cinco mil, duzentas e noventa e nove) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 48.067.937 (quarenta e oito milhões, sessenta e sete mil, novecentas e trinta e sete) ações ordinárias e 29.787.362 (vinte e nove milhões, setecentas e oitenta e sete mil, trezentos e sessenta e duas) ações preferenciais, estas divididas em duas classes: 28.252.700 (vinte e oito milhões, duzentas e cinquenta e duas mil e setecentas) ações preferenciais “Classe A” e 1.534.662 (um milhão, quinhentas e trinta e quatro mil, seiscentas e vinte e duas) ações preferenciais “Classe B”.	Alterar o caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em razão da capitalização parcial do saldo da reserva de reforço de capital de giro, no valor de R\$106.000.000,00 (cento e seis milhões de reais), tendo em vista que o saldo das reservas de lucros, após a proposta de destinação do lucro deliberada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de fevereiro de 2024, ultrapassará o limite que trata do artigo 199 da Lei 6.404/76 de 1976 - Lei 6404/76.